



Demonstrações financeiras consolidadas

30 de junho de 2017

REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.

ÍNDICE

1. DESEMPENHO FINANCEIRO	4
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	15
3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017	20
1 Informação geral	20
2 Base de preparação	25
3 Principais políticas contabilísticas	26
5 Ativos fixos tangíveis e Ativos intangíveis	32
6 Participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos	36
7 Imposto sobre o rendimento	37
8 Ativos e passivos financeiros	42
9 Ativos disponíveis para venda	44
10 Clientes e outras contas a receber	46
11 Instrumentos financeiros derivados	48
12 Caixa e equivalentes de caixa	53
13 Capital social e ações próprias	53
14 Empréstimos obtidos	55
15 Obrigações de benefícios de reforma e outros	57
16 Provisões para outros riscos e encargos	59
17 Fornecedores e outras contas a pagar	60
18 Vendas e prestação de serviços	61
19 Rendimentos e gastos de construção	61
20 Outros rendimentos operacionais	62
21 Fornecimentos e serviços externos	62
22 Gastos com pessoal	63
23 Outros gastos operacionais	63
24 Gastos de financiamento e rendimentos financeiros	64

25	Contribuição extraordinária sobre o setor energético	64
26	Resultado por ação	65
27	Dividendos por ação	65
28	Garantias prestadas	66
29	Partes relacionadas	66
30	Eventos subsequentes	69
4.	ANEXOS	71

1. DESEMPENHO FINANCEIRO

1.1. Resultados do 1º semestre

No 1º semestre de 2017, o resultado líquido do Grupo REN ascendeu a 53,0 milhões de euros, um crescimento de 12,4 milhões de euros (+30,7%) face ao período homólogo do ano anterior.

Esta evolução é explicada maioritariamente pelo bom desempenho dos resultados financeiros que registaram um crescimento de 14,2 milhões de euros (+34,0%), mas também pelo aumento de 2,5 milhões de euros no EBITDA (+1,0%).

Importa referir ainda que, a Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético continua a refletir-se nos resultados de 2017, à semelhança dos anos anteriores (25,8 milhões de euros em 2017, e 25,9 milhões de euros em 2016¹).

De salientar que, no primeiro trimestre de 2017, a REN adquiriu por 169 milhões de euros uma participação de 42,5% na Electrogás, empresa que atua no setor de transporte de Gás Natural no Chile, cujo impacto no EBITDA de Grupo do primeiro semestre ascende a 2,5² milhões de euros.

O investimento situou-se nos 41,0 milhões de euros, um crescimento de 8,9% (+3,3 milhões de euros), enquanto as transferências para RAB situaram-se nos 2,3 milhões de euros, um decréscimo de 9,4 milhões de euros face ao primeiro semestre de 2016 (-80,2%). De igual modo, o RAB médio apresentou um decréscimo de 52,5 milhões de euros (-1,5%), situando-se nos 3.470,3 milhões de euros, impactado maioritariamente pelo decréscimo no setor do Gás Natural (-40,7 milhões de euros).

As condições de financiamento evoluíram positivamente, com o custo médio de financiamento a reduzir para os 2,6% (-0,9 p.p. quando comparado com o primeiro semestre de 2016). Por outro lado, a dívida líquida situou-se nos 2.577,4 milhões de euros, uma subida de 2,0% (+50,9 milhões de euros) face ao mesmo período do ano anterior, refletindo essencialmente a aquisição da participação da Electrogás.

¹ A Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético foi reconhecida integralmente no primeiro trimestre de 2017 e 2016, de acordo com as recomendações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

² Reconhecimento de 3,7 milhões de euros do resultado líquido da Electrogás na proporção da participação da REN, líquida de custos da transação (1,2 milhões de euros)

PRINCIPAIS INDICADORES (MILHÕES DE EUROS)	junho 2017	junho 2016	VAR.%
EBITDA	242,7	240,2	1,0%
Resultado financeiro ¹	-27,5	-41,7	34,0%
Resultado líquido ¹	53,0	40,5	30,7%
Resultado líquido recorrente	80,9	66,5	21,7%
Capex total	41,0	37,6	8,9%
Transferências para RAB ² (a custos históricos)	2,3	11,7	-80,2%
RAB médio (a custos de referência)	3.470,3	3.522,8	-1,5%
Dívida líquida	2.577,4	2.526,5	2,0%
Custo médio da dívida	2,6%	3,5%	-0,9p.p.

RESULTADO OPERACIONAL - EBITDA

O EBITDA do 1º semestre de 2017, situou-se nos 242,7 milhões de euros, um crescimento de 1,0% (2,5 milhões de euros) face ao 1º semestre do ano anterior.

EBITDA (MILHÕES DE EUROS)	junho 2017	junho 2016	VAR.%
1) Proveitos de Ativos	227,5	226,8	0,3%
Remuneração do RAB	106,2	110,3	-3,7%
Diferenças de alisamento (gás)	0,6	-1,4	138,7%
Remuneração de terrenos	0,1	0,1	-4,7%
Renda dos terrenos da zona de proteção	0,4	0,4	-1,2%
Remuneração de ativos em fim de vida	10,8	9,9	8,9%
Recuperação de amortizações (líquidas de subsídios ao investimento)	100,4	98,5	1,9%
Amortização dos subsídios ao Investimento	9,0	9,1	-0,2%
2) Proveitos de Opex	48,3	46,8	3,2%
3) Outros proveitos	13,2	7,4	78,0%
4) TPE's (capitalizados no Investimento)	6,2	7,4	-16,1%
5) Rendimentos de construção (excl. TPE's capitalizados no investimento) - Ativos Concessionados	34,7	30,3	14,6%
6) OPEX	52,3	48,0	9,0%
Custos com Pessoal ³	25,1	25,3	-0,7%
Custos Externos	27,2	22,7	19,8%
7) Gastos de Construção - Ativos Concessionados	34,7	30,3	14,6%
8) Provisões	-0,03	0,3	-108,4%
9) Imparidades	0,2	-0,1	-266,2%
10) EBITDA (1+2+3+4+5-6-7-8-9)	242,7	240,2	1,0%

¹ O custo de 0,5 milhões de euros em 1S16 e 0,3 milhões de euros em 1S17 decorrente dos Leilões de capacidade na interligação elétrica entre Espanha e Portugal - denominado FTR (Financial Transaction Rights), foram reclassificados de resultados financeiros para Proveitos.

² Inclui aquisições diretas (RAB related).

³ Inclui custos com formação e seminários e provisões relacionadas com custos com pessoal.

A contribuir para a evolução positiva do EBITDA estiveram:

- Os proveitos obtidos com a **participação na Electrogás** adquirida no primeiro semestre de 2017 (3,7milhões de euros; 2,5 milhões de euros líquidos de custos da transação);
- Melhoria no **incentivo permitido da REN Trading** (+1,2 milhões de euros);
- A evolução dos proveitos de **recuperação de amortizações** (+1,8 milhões de euros), consistente com o aumento da base de ativos regulada.

Por outro lado, a contribuir desfavoravelmente esteve:

- O aumento de 4,3 milhões de euros (+9,0%) no opex do Grupo, que ficou a dever-se ao aumento de (i) 1,6 milhões de euros em **custos pass-through (custos não core)**, e (ii) 2,9 milhões de euros nos **custos externos core** do Grupo, impactados pelos custos com a operação de aquisição da Electrogás e da potencial aquisição da EDP gás (1,9 milhões de euros), parcialmente compensados pela redução de 0,2 milhões de euros em **custos com pessoal** (-0,7%).

RESULTADO LÍQUIDO

No 1º semestre de 2017, o resultado líquido situou-se nos 53,0 milhões de euros, um aumento de 12,4 milhões de euros (30,7%) face ao mesmo período do ano anterior.

Este crescimento refletiu essencialmente:

- A evolução positiva do **EBITDA** (+2,5 milhões de euros), que beneficiou do reconhecimento de 2,5 milhões de euros de ganhos referentes à participação que a REN detém na empresa chilena Electrogás (adquirida no início de 2017);
- A melhoria do **resultado financeiro** (+14,2 milhões de euros, +34,0%), refletindo a redução de 0,9 p.p. no custo médio de financiamento, que passou de 3,5%, em junho de 2016, para 2,6%, em junho de 2017, apesar do crescimento de 2,0% na dívida líquida (+50,9 milhões de euros), explicado pela aquisição da Electrogás (169 milhões de euros).

Quando expurgado de efeitos não recorrentes, o Resultado Líquido Recorrente do 1º semestre de 2017 apresentou um crescimento de 14,4 milhões de euros (+21,7%). Os itens não recorrentes considerados no 1º semestre de 2017 e 2016 são os seguintes:

- i) Em 2017: i) Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético definida no Orçamento de Estado para 2017 (25,8 milhões de euros); ii) custos decorrentes do processo de aquisição da Electrogás e da potencial aquisição da EDP Gás - o último ainda em curso (2,9 milhões de euros, 2,1 milhões de euros após efeito fiscal).
- ii) Em 2016: i) Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético definida no Orçamento de Estado para 2016 (25,9 milhões e euros).

RESULTADO LÍQUIDO (MILHÕES DE EUROS)	junho 2017	junho 2016	VAR.%
EBITDA	242,7	240,2	1,0%
Depreciações e amortizações	108,6	107,0	1,5%
Resultado financeiro	-27,5	-41,7	34,0%
Imposto do Exercício	27,9	25,1	11,0%
Contribuição Extraordinária s/ Setor Energético ¹	25,8	25,9	-0,5%
Resultado Líquido	53,0	40,5	30,7%
Itens não recorrentes	27,9	25,9	7,6%
Resultado Líquido Recorrente	80,9	66,5	21,7%

¹ A Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético foi reconhecida integralmente no primeiro trimestre de 2017 e 2016, de acordo com as recomendações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

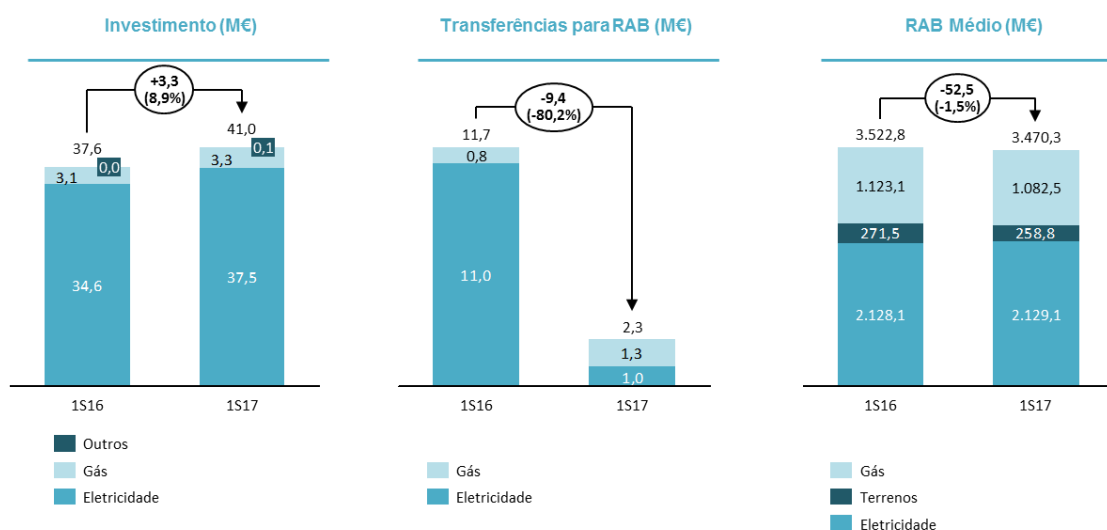
1.2. RAB médio e investimento

No 1º semestre de 2017, o investimento ascendeu a 41,0 milhões de euros, um crescimento de 9% (+3,3 milhões de euros) face ao primeiro semestre do ano anterior, e as transferências para exploração situaram-se nos 2,3 milhões de euros, uma redução de 9,4 milhões de euros (-80%).

No setor da eletricidade, o investimento ascendeu a 37,5 milhões, um crescimento de 8,5% face ao mesmo período de 2016. Destaca-se o investimento já realizado nos projetos de (i) reforço do eixo a 400 kV Lavos-Rio Maior (5,8 milhões de euros), (ii) abertura do novo ponto injetor 400/60 kV de Alcochete (3,6 milhões de euros), para alimentação dos consumos nos concelhos de Montijo e Alcochete, (iii) remodelação de sistemas de comando e proteção na subestação de Riba d’Ave (2,8 milhões de euros) e (iv) da linha Foz Tua - Armamar a 400 Kv (2,5 milhões de euros), para ligação ao aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua. As transferências para exploração diminuíram 10,0 milhões de euros (-91,0%).

No setor do Gás Natural o investimento ascendeu a 3,3 milhões de euros, um crescimento de 0,3 milhões de euros (+8,7%) face ao mesmo período do ano anterior, e as transferências para exploração situaram-se nos 1,3 milhões de euros, um aumento de 0,6 milhões de euros (72,5%) face ao primeiro semestre do ano passado.

O RAB médio do 1º semestre de 2017 situou-se nos 3.470,3 milhões de euros, uma redução de 52,5 milhões de euros (-1,5%) face ao período homólogo do ano anterior. No setor da eletricidade, o RAB médio (excl. terrenos) ascendeu a 2.129,1 milhões de euros (praticamente em linha com o mesmo período do ano anterior), dos quais 1.108,4 milhões de euros em ativos com prémio, enquanto os terrenos situaram-se nos 258,8 milhões de euros (-12,8 milhões de euros, -4,7%). No setor do Gás Natural, o RAB médio situou-se nos 1.082,5 milhões de euros (-40,7 milhões de euros, -3,6%).



1.3. Principais acontecimentos do Grupo REN

Fevereiro

- A REN concretizou a compra da participação de 42,5% do capital social da Electrogas S.A. à ENEL Generación Chile S.A, pelo preço de USD 180M USD. Esta aquisição constitui um marco importante na internacionalização da REN, em linha com o Plano Estratégico apresentado para 2015-2018.
- A REN realizou o 1º Simpósio da Cátedra REN em Biodiversidade, uma parceria entre a REN, a FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia e o CIBIO-InBIO da Universidade do Porto, fundada com o objetivo de criar uma rede de investigação e divulgação científica nos diferentes domínios da biodiversidade.
- A REN a SGCC - State Grid Corporation of China, promoveram um encontro dedicado à integração de energias renováveis no sistema elétrico. Este fórum contou com a presença do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, do Ministro da Economia e do Secretário de Estado da Energia e do embaixador da República Popular da China, Cai Run.
- A REN participou na conferência de "MACAU - Uma Ponte na Relação entre a China e os Países de Língua Portuguesa", encontro que pretendeu abordar a importância das relações económicas entre o mundo lusófono e a República Popular da China.

Março

- O Relatório de Sustentabilidade da REN, ganhou Prata nos Mercury Excellence Awards, uma competição internacional que reconhece há 30 anos os melhores trabalhos na área da comunicação. Nesta edição, o Relatório e Contas da REN, foi também distinguido com uma Menção Honrosa, na categoria de Overall Presentation - Energy.
- A agência de notação financeira Fitch anunciou que manteve o rating da REN em BBB com perspectiva "estável".
- A REN marcou presença na conferência Africa 2017 que decorreu em Marrocos, para o debate do armazenamento/reserva da água e do desenvolvimento do sector hidroelétrico como motor do desenvolvimento africano.

Abril

- A REN anunciou a assinatura de um acordo para comprar 100% do capital da EDP Gás ao Grupo EDP pelo valor de 532,4M€. Esta aquisição representa uma importante aposta para a REN, mantendo o forte compromisso com a sua

operação em Portugal, em linha com a sua estratégia de desenvolvimento de negócio.

- As agências norte-americanas de notação financeira Moody's e FITCH reafirmaram o rating de Baa3 e de BBB, respectivamente, atribuído à REN, mantendo também a perspetiva "estável", na sequência do anúncio da intenção de comprar 100% da EDP Gás.

Maio

- O Relatório de Contas 2015 da REN foi premiado com o galardão de Ouro nos Astrid Awards na categoria Relatório Anual Online Interativo.
- A REN lançou uma nova app de comunicação, - a aplicação REN Energia que permite aceder a informação exclusiva sobre o sector energético em Portugal e sobre o trabalho da REN.

Junho

- O departamento jurídico da REN foi considerado um dos mais influentes e inovadores na Península Ibérica pela revista The Legal 500 no seu directório GC Powerlist Iberia: Portugal Teams.
- A REN participou numa iniciativa de citizen science de contagem de crias de cegonhas brancas e recolha de dados científicos importantes para construir um modelo de evolução da espécie no país.
- O projeto da REN para a "reconversão das faixas de servidão" das suas infraestruturas foi escolhido como projeto de referência no prémio "Good Practice of the Year" 2017, na categoria de Proteção Ambiental. Este Prémio é uma iniciativa organizada pela Renewables Grid Initiative, numa colaboração de Organizações não Governamentais (ONG's) e Transmission System Operators (TSO's) de toda a Europa.
- A REN estabeleceu uma parceria com o Centro de Ecologia, Recuperação e Vigilância de Animais Selvagens (CERVAS) com o objetivo de apoiar esta instituição em várias ações ligadas à biodiversidade e educação ambiental.

1.4. Principais riscos e incertezas para o segundo semestre 2017

- Dada a natureza regulada da maioria dos negócios conduzidos pela REN, a sua performance financeira está estreitamente correlacionada com a remuneração dos seus ativos regulados, estando a remuneração de tais ativos indexada à evolução das obrigações do tesouro a 10 anos. Assim, a evolução de tais obrigações pode originar alterações do resultado financeiro da REN. Saliente-se no entanto que a diminuição do risco da dívida pública é normalmente acompanhada de redução das taxas de juros pelo se prevê que, caso se verifique uma diminuição do risco de dívida pública, ocorra também uma diminuição do custo médio da dívida financeira, originando um aumento dos resultados financeiros.
- O desfecho dos processos de contestação da liquidação da CESE referente aos anos de 2014 a 2016 é uma incerteza que pode afetar positivamente a situação financeira da REN. Tendo a REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. procedido ao pagamento da CESE, um desfecho favorável dos processos em curso implicará a devolução dos montantes pagos à Autoridade Tributária.
- No primeiro semestre de 2017, a REN anunciou a assinatura de um acordo para comprar a EDP Gás, a 2ª maior distribuidora de gás em Portugal, ao Grupo EDP, estando ainda a conclusão desta aquisição dependente da aprovação das autoridades competentes. Desta forma, existe alguma incerteza no que respeita ao momento de concretização desta aquisição que poderá impactar os resultados da empresa.

1.5. Demonstrações dos resultados e do rendimento integral para o período intercalar entre 1 de abril e 30 de junho de 2017 e 2016

Demonstrações consolidadas dos resultados (informação não auditada)

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	01.04.2017 a 30.06.2017	01.04.2016 a 30.06.2016
Vendas	-	59
Prestações de serviços	133.532	135.247
Rendimentos de construção em ativos concessionados	27.745	26.315
Ganhos e perdas imputados de associadas e empreendimentos conjuntos	927	429
Outros rendimentos operacionais	8.115	5.197
Total dos rendimentos operacionais	170.319	167.248
Custo das vendas	(78)	(93)
Gastos de construção em ativos concessionados	(24.611)	(22.400)
Fornecimentos e serviços externos	(10.564)	(9.351)
Gastos com pessoal	(12.638)	(12.631)
Depreciações e amortizações do exercício	(54.236)	(53.477)
Reversões / (reforços) de provisões	(40)	(322)
Reversões / (reforços) de imparidades	(105)	120
Outros gastos operacionais	(3.180)	(3.100)
Total dos gastos operacionais	(105.452)	(101.253)
Resultado operacional	64.868	65.995
Gastos de financiamento	(18.007)	(24.209)
Rendimentos financeiros	946	1.381
Dividendos de empresas participadas	5.013	4.260
Resultado financeiro	(12.048)	(18.567)
Resultado consolidado antes de impostos	52.819	47.428
Imposto sobre o rendimento	(13.329)	(12.982)
Contribuição extraordinária sobre o setor energético	-	-
Resultado líquido consolidado do período	39.490	34.446
Atribuível a:		
Acionistas do grupo REN	39.490	34.446
Resultado líquido consolidado do período	39.490	34.446
Resultado por ação (Básico e Diluído) -Euros	0,07	0,06

Demonstrações consolidadas do rendimento integral (informação não auditada)

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	01.04.2017 a 30.06.2017	01.04.2016 a 30.06.2016
Resultado líquido consolidado do período	39.490	34.446
Outros ganhos e perdas reconhecidos nos capitais próprios:		
Itens que não serão reclassificados para resultados:		
Ganhos / (perdas) actuariais	(52)	(87)
Efeito fiscal dos ganhos / (perdas) actuariais	16	25
Itens que poderão ser reclassificados para resultados:		
Diferenças de conversão cambial (empresas associadas)	(10.608)	-
Reserva de cobertura (cobertura de fluxos de caixa)	643	(1.908)
Efeito fiscal da reserva de cobertura	180	401
Reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda)	1.606	5.920
Efeito fiscal da reserva de justo valor	(616)	(1.243)
Total do rendimento consolidado integral do período	30.660	37.554
Atribuível a:		
Acionistas	30.660	37.554
	30.660	37.554

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

30 DE JUNHO DE 2017

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Demonstrações consolidadas da posição financeira em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	Notas	jun 2017	dez 2016
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	565	578
Goodwill		3.208	3.397
Ativos intangíveis	5	3.757.339	3.825.712
Participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos	6	168.383	14.657
Ativos financeiros disponíveis para venda	9	152.131	150.118
Instrumentos financeiros derivados	11	11.019	20.425
Outros ativos financeiros	8	20	14
Clientes e outras contas a receber	10	18.278	10.145
Ativos por impostos diferidos	7	67.782	62.825
		4.178.725	4.087.871
Corrente			
Inventários		1.151	1.028
Clientes e outras contas a receber	10	400.534	448.826
Outros ativos financeiros	8	-	1.317
Caixa e equivalentes de caixa	12	22.670	10.783
		424.355	461.954
Total do Ativo	4	4.603.080	4.549.825
Capital Próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital social	13	534.000	534.000
Ações próprias	13	(10.728)	(10.728)
Reservas	13	313.602	319.204
Resultados acumulados		226.149	216.527
Outras variações no capital próprio		30	30
Resultado líquido consolidado do período atribuível a detentores de capital		52.965	100.183
Total capital próprio		1.116.019	1.159.217
Passivo			
Não corrente			
Empréstimos obtidos	14	2.082.740	2.298.543
Obrigações de benefícios de reforma e outros	15	123.141	125.673
Instrumentos financeiros derivados	11	6.898	12.212
Provisões para outros riscos e encargos	16	6.521	6.154
Fornecedores e outras contas a pagar	17	339.064	318.126
Passivos por impostos diferidos	7	60.086	73.027
		2.618.450	2.833.735
Corrente			
Empréstimos obtidos	14	534.685	216.594
Provisões para outros riscos e encargos	16	-	801
Fornecedores e outras contas a pagar	17	285.211	311.539
Imposto sobre o rendimento a pagar	7	48.355	26.875
Instrumentos financeiros derivados	11	360	1.063
		868.611	556.873
Total Passivo	4	3.487.061	3.390.608
Total do capital próprio e passivo		4.603.080	4.549.825

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira em 30 de junho de 2017.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas dos resultados para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	<u>Notas</u>	<u>jun 2017</u>	<u>jun 2016</u>
Vendas	18	15	154
Prestações de serviços	18	272.977	270.405
Rendimentos de construção em ativos concessionados	19	40.857	37.640
Ganhos e perdas imputadas de associadas e empreendimentos conjuntos	6	2.753	726
Outros rendimentos operacionais	20	13.611	10.262
Total dos rendimentos operacionais		<u>330.213</u>	<u>319.188</u>
Custo das vendas		(124)	(207)
Gastos de construção em ativos concessionados	19	(34.667)	(30.260)
Fornecimentos e serviços externos	21	(20.252)	(16.047)
Gastos com pessoal	22	(24.800)	(25.075)
Depreciações e amortizações do exercício	5	(108.636)	(107.038)
Reversões / (reforços) de provisões	16	27	(322)
Reversões / (perdas) por imparidade		(199)	120
Outros gastos operacionais	23	(7.131)	(6.665)
Total dos gastos operacionais		<u>(195.782)</u>	<u>(185.494)</u>
Resultado operacional		134.432	133.693
Gastos de financiamento	24	(36.716)	(50.763)
Rendimentos financeiros	24	3.889	4.368
Dividendos de empresas participadas	9	5.013	4.260
Resultado financeiro		<u>(27.813)</u>	<u>(42.135)</u>
Resultado consolidado antes de impostos		<u>106.619</u>	<u>91.559</u>
Imposto sobre o rendimento	7	(27.856)	(25.091)
Contribuição extraordinária sobre o setor energético	25	(25.798)	(25.938)
Resultado líquido consolidado do período		<u>52.965</u>	<u>40.530</u>
Atribuível a:			
Acionistas do grupo REN		52.965	40.530
Interesses não controlados		-	-
Resultado líquido consolidado do período		<u>52.965</u>	<u>40.530</u>
Resultado por ação (Básico e Diluído) -Euros	26	0,10	0,08

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos resultados para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2017.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas do rendimento integral para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	Notas	30 de junho	
		2017	2016
Resultado líquido consolidado do período		52.965	40.530
Outros ganhos e perdas reconhecidos nos capitais próprios:			
<i>Itens que não serão reclassificados para resultados:</i>			
Ganhos / (perdas) actuariais		125	(87)
Efeito fiscal dos ganhos / (perdas) atuariais	7	(36)	25
<i>Itens que poderão ser reclassificados para resultados:</i>			
Diferenças de conversão cambial (empresas associadas)		(10.860)	-
Reserva de cobertura (cobertura de fluxos de caixa)	11	4.548	(13.976)
Efeito fiscal da reserva de cobertura	7 e 11	(435)	2.935
Reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda)	9	2.012	4.824
Efeito fiscal da reserva de justo valor	7 e 9	(868)	(2.841)
Total do rendimento consolidado integral do período		47.452	31.411
Atribuível a:			
Acionistas		47.452	31.411
Interesses não controlados		-	-
		47.452	31.411

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2017.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

Movimentos do exercício	Notas	Atribuível aos acionistas							Resultados acumulados	Resultado período	Total
		Capital social	Ações próprias	Reserva legal	Reserva justo valor (Nota 9)	Reserva cobertura (Nota 11)	Outras Reservas	Outras variações			
A 1 de janeiro de 2016		534.000	(10.728)	102.608	54.489	(8.960)	177.482	30	196.253	116.115	1.161.289
Total do rendimento integral do período		-	-	-	1.983	(11.041)	-	-	(62)	40.530	31.411
Distribuição de dividendos	27	-	-	-	-	-	-	-	(90.650)	-	(90.650)
Aplicação de resultados		-	-	4.192	-	-	-	-	111.922	(116.115)	-
A 30 de junho de 2016		534.000	(10.728)	106.800	56.472	(20.001)	177.482	30	217.463	40.530	1.102.049
A 1 de janeiro de 2017		534.000	(10.728)	106.800	48.781	(13.858)	177.482	30	216.527	100.183	1.159.218
Total do rendimento integral do período		-	-	-	1.144	4.113	(10.860)	-	89	52.965	47.452
Distribuição de dividendos	27	-	-	-	-	-	-	-	(90.650)	-	(90.650)
Aplicação de resultados		-	-	-	-	-	-	-	100.183	(100.183)	-
A 30 de junho de 2017		534.000	(10.728)	106.800	49.925	(9.745)	166.622	30	226.149	52.965	1.116.019

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada de alterações no capital próprio para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2017.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	Notas	jun 2017	jun 2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		1.284.930 a)	902.689 a)
Pagamentos a fornecedores		(944.205) a)	(685.652) a)
Pagamentos ao pessoal		(32.754)	(31.173)
Recebimento/(pagamento) do imposto sobre o rendimento		(25.414)	(673)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		(4.701)	(28.732)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais (1)		<u>277.856</u>	<u>156.460</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Outros ativos financeiros		1.309	-
Subsídios ao investimento		1.471	100
Juros e rendimentos similares		-	4
Dividendos	9	5.890	2.326
Pagamentos respeitantes a:			
Participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos	6	(169.285)	-
Ativos disponíveis para venda	9	-	(202)
Ativos fixos tangíveis		(191)	(17)
Ativos intangíveis - ativos de concessão		(93.135)	(81.966)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento (2)		<u>(253.941)</u>	<u>(79.755)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		2.417.150	2.863.000
Juros e rendimentos similares		8	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(2.298.551)	(2.759.489)
Juros e gastos similares		(41.925)	(86.822)
Dividendos	27	(90.650)	(90.650)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento (3)		<u>(13.968)</u>	<u>(73.961)</u>
Aumento líquido (diminuição) de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		9.947	2.744
Efeito das taxas de câmbio		1.669	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	12	10.680	63.539
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	12	<u>22.296</u>	<u>66.283</u>
Detalhe da caixa e equivalentes de caixa			
Caixa	12	21	21
Descobertos bancários	12	(374)	(2.121)
Depósitos bancários	12	22.649	68.384
		<u>22.296</u>	<u>66.283</u>

(a) Estes montantes incluem os pagamentos e recebimentos relativos a atividades na qual a Empresa atua como agente, e cujos rendimentos e gastos são anulados na demonstração consolidada dos resultados.

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2017.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017

1 Informação geral

A REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (referida neste documento como “REN”, “REN SGPS, S.A.”, “REN SGPS” ou “Empresa” e, conjuntamente com as suas subsidiárias, designada por “Grupo” ou “Grupo REN”), com sede na Avenida Estados Unidos da América, 55 - Lisboa, resultou da cisão do grupo EDP, de acordo com os Decretos-Lei n.º 7/91, de 8 de janeiro e n.º 131/94, de 19 de maio, aprovados em Assembleia Geral em 18 de agosto de 1994, com o objeto de assegurar a gestão global do Sistema Elétrico de Abastecimento Público (“SEP”).

Até 26 de setembro de 2006, o Grupo REN tinha a sua atividade centrada no negócio da eletricidade, através da REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.. Em 26 de setembro de 2006, decorrente da transação de “*unbundling*” do negócio do gás natural, o Grupo sofreu uma alteração significativa com a compra dos ativos e participações financeiras associados às atividades de transporte, armazenamento e regaseificação de gás natural, constituindo um novo negócio.

No início de 2007, a Empresa foi transformada na “*holding*” do Grupo e redenominada, após a transferência do negócio da eletricidade para uma nova empresa constituída em 26 de setembro de 2006, a REN - Serviços de Rede, S.A., que foi em simultâneo redenominada para REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A..

O Grupo detém, presentemente, duas áreas de negócio principais, a Eletricidade e o Gás, e uma área de negócio secundária, na área de Telecomunicações.

O negócio da Eletricidade compreende as seguintes empresas:

a) REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A., constituída em 26 de setembro de 2006, cujas atividades são desenvolvidas no âmbito de um contrato de concessão atribuído por um período de 50 anos, que se iniciou em 2007 e que estabelece a gestão global do SEP;

b) REN Trading, S.A. constituída em 13 de junho de 2007, cuja função principal é a gestão dos Contratos de Aquisição de Energia (“CAE”) da Turbogás e da Tejo Energia que não cessaram em 30 de junho de 2007, data da entrada em vigor dos novos Contratos para a Manutenção do Equilíbrio

Contratual (“CMEC”). A atividade desta empresa compreende o comércio da eletricidade produzida e da capacidade de produção instalada, junto dos distribuidores nacionais e internacionais;

c) Enondas, Energia das Ondas, S.A. foi constituída em 14 de outubro de 2010, cujo capital social é integralmente detido pela REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., e tem como atividade a gestão da concessão para a exploração de uma zona piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar.

O negócio do Gás engloba as seguintes empresas:

a) REN Gás, S.A., constituída em 29 de março de 2011, com o objeto social de assegurar a promoção, o desenvolvimento e a condução de projetos e empreendimentos no sector do gás natural, bem como proceder à definição da estratégia global e à coordenação das sociedades em que detenha participação;

b) REN Gasodutos, S.A., constituída, em 26 de setembro de 2006, cujo capital social foi realizado através da integração das infraestruturas de transporte de gás (rede, ligações e compressão);

c) REN Armazenagem, S.A., constituída em 26 de setembro de 2006, cujo capital social foi realizado pela integração dos ativos de armazenamento subterrâneo de gás;

d) REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A., adquirida no âmbito da aquisição do negócio do gás, anteriormente designada por “SGNL - Sociedade Portuguesa de Gás Natural Liquefeito”. A atividade desta empresa consiste no fornecimento de serviços de receção, armazenamento e regaseificação de gás natural liquefeito através do terminal marítimo de GNL, sendo responsável pela construção, utilização e manutenção das infraestruturas necessárias.

As atividades das empresas indicadas nas alíneas b) a d) acima são desenvolvidas no âmbito de três contratos de concessão atribuídos em separado, por um período de 40 anos com início em 2006.

O negócio das telecomunicações é gerido pela RENTELECOM Comunicações, S.A., cuja atividade consiste no estabelecimento, gestão e utilização dos sistemas e infraestruturas de telecomunicações, fornecendo serviços de comunicação e tirando proveito da capacidade excedentária de fibras óticas e instalações pertencentes ao Grupo REN.

A REN SGPS detém a 100% a empresa REN Serviços, S.A., cujo objeto social é a prestação de serviços em matéria energética e de serviços genéricos de apoio ao desenvolvimento do negócio, de forma remunerada, quer em empresas que com ela se encontrem em relação de grupo, quer a quaisquer terceiros, bem como a gestão de participações sociais que a sociedade detenha em outras sociedades.

Em 10 de maio de 2013 foi constituída a REN Finance, B.V., empresa totalmente detida pela REN SGPS, com sede na Holanda, cujo objeto social é participar, financiar, colaborar e conduzir a gestão de empresas relacionadas.

Adicionalmente, em 24 de maio de 2013, em conjunto com a China Electric Power Research Institute, sociedade do Grupo State Grid foi constituído o Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A. (“Centro de Investigação”) em regime de *Joint Venture* no qual o Grupo detém 1.500.000 ações representativas de 50% do respetivo capital.

O objeto social desta sociedade visa a implementação de um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Portugal, dedicado à pesquisa, desenvolvimento, inovação e demonstração nas áreas de transporte de eletricidade e gestão de sistemas, a prestação de serviços de consultoria e serviços de educação e formação no âmbito destas atividades, bem como a realização de todas as atividades conexas e a prestação de serviços complementares, conexas ou acessórios ao seu objeto social.

Em 14 de dezembro de 2016 foi constituída a Aéreo Chile SPA, empresa totalmente detida pela REN Serviços, S.A., com sede em Santiago no Chile, cujo objeto social é a realização de investimentos em bens, ações, direitos de sociedades e associações.

Em 30 de junho de 2017 a REN possui ainda:

a) Uma participação de 42,5% do capital da empresa chilena Electrogas, S.A., que tem por objeto social a prestação de serviços de transporte de gás natural e outros combustíveis. Esta participação foi adquirida no dia 7 de fevereiro de 2017;

b) Uma participação de 40% do capital da empresa OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A. (“OMIP SGPS”), que tem por objeto social a gestão de participações noutras sociedades, como forma indireta do exercício de atividades económicas;

c) Uma participação de 10% no capital social do OMEL, Operador del Mercado Ibérico de Energia, S.A., polo espanhol do Operador Único;

d) Uma participação de 1% na Red Eléctrica Corporación, S.A. (“REE”), entidade responsável pela gestão da rede elétrica em Espanha;

e) Uma participação de 8,3% no capital social da Coreso, S.A. (“Coreso”), entidade que assiste os operadores das redes de transporte (“TSO”) Europeus em atividades de coordenação e segurança para permitir o fornecimento de eletricidade em segurança na Europa;

f) participações no capital social das empresas: (i) Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A. (“HCB”), participação de 7,5%; e (ii) MIBGÁS, S.A., participação de 6,67%.

Perímetro de consolidação

As Empresas incluídas no perímetro consolidação, suas sedes sociais, proporção do capital e principais atividades em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 são as seguintes:

Designação / sede	Principal Actividade	jun 2017		dez 2016	
		Percentagem de capital detido		Percentagem de capital detido	
		Grupo	Individual	Grupo	Individual
Empresa-mãe:					
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	Sociedade gestora de participações sociais	-	-	-	-
Subsidiárias:					
Segmento da Eletricidade:					
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Operador da Rede Nacional de Transporte em muito alta tensão	100%	100%	100%	100%
REN Trading, S.A. Praça de Alvalade, nº7 - 12º Dto, Lisboa	Compra, venda, importação e exportação de eletricidade e de gás natural	100%	100%	100%	100%
Enondas-Energia das Ondas, S.A. Mata do Urso - Guarda Norte - Carriço - Pombal	Gestão da concessão para a exploração de uma zona-piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar.	100%	100%	100%	100%
Segmento de Telecomunicações:					
RENTELECOM - Comunicações S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Operador da rede de telecomunicações	100%	100%	100%	100%
Outros segmentos:					
REN - Serviços, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Back-office e gestão de participações sociais	100%	100%	100%	100%
REN Finance, B.V. De Cuserstraat, 93, 1081 CN Amsterdam, The Netherlands	Participar, financiar, colaborar, conduzir a gestão de empresas relacionadas com o Grupo REN.	100%	100%	100%	100%
Segmento do Gás Natural:					
REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A. Terminal de GNL - Sines	Responsável pela regaseificação do GNL e pela manutenção e utilização do terminal de gás natural liquefeito	100%	100%	100%	100%
Detida pela REN Serviços, S.A.:					
REN Gás, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 -12º - Lisboa	Gestão de projetos e empreendimentos no setor do gás natural	100%	-	100%	-
Aério Chile SPA Santiago do Chile	Responsável pela realização de investimentos em bens, ações, direitos de sociedades e associações.	100%	-	100%	-
Detidas pela REN Gás, S.A.:					
REN - Armazenagem, S.A. Mata do Urso - Guarda Norte - Carriço - Pombal	Desenvolvimento, manutenção e utilização do armazenamento subterrâneo de gás natural	100%	-	100%	-
REN - Gasodutos, S.A. Estrada Nacional 116, km 32,25 - Vila de Rei - Bucelas	Operador RNTGN e gere o negócio do gás natural	100%	-	100%	-

Não existiram alterações ao perímetro de consolidação em 2017 face ao reportado em 31 de dezembro de 2016.

Aprovação das demonstrações financeiras consolidadas semestrais

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 27 de julho de 2017. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34).

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34). As demonstrações financeiras apresentadas de forma condensada, devem ser lidas conjuntamente com as demonstrações financeiras anuais emitidas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de o Grupo operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em particular verifica-se que em 30 de junho de 2017 que o passivo corrente no montante de 868.611 milhares de Euros é superior ao ativo corrente, cujo montante total ascende a 424.355 milhares de Euros.

Contudo, para além dos resultados e fluxos de caixa consolidados projetados para o exercício de 2017, o Grupo dispõe, com referência a 30 de junho de 2017, de linhas de crédito, sob a forma de papel comercial, disponíveis para utilização no montante de 644.350 milhares de Euros, encontrando-se uma parte substancial com garantia de colocação (Nota 14).

Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que o Grupo dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em milhares de Euros - mEuros, arredondadas ao milhar mais próximo.

3 Principais políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34) no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com as normas contabilísticas em vigor em Portugal, ajustados no processo de consolidação de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2017.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, que as Normas Internacionais de Relato financeiro (“IFRS” - International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respectivas interpretações - SIC e IFRIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e Standard Interpretation Committee (“SIC”), que tenham sido adoptadas na União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por IFRS.

As políticas contabilísticas adotadas nestas demonstrações financeiras consolidadas são consistentes, em todos os aspetos materialmente relevantes, com as políticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, conforme descrito no anexo às demonstrações financeiras consolidadas de 2016. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos apresentados.

Adoção de normas e interpretações novas emendadas ou revistas

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas (*endorsed*) pela União Europeia e apenas são de aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

- IFRS 9 “Instrumentos Financeiros” (substituição da IAS 39) (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018) - Esta norma estabelece os requisitos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e para a aplicação das regras da contabilidade de cobertura.

A Empresa encontra-se a analisar e estimar os impactos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN associadas à adoção desta norma.

- IFRS 15 “Rédito de contrato com clientes” (alteração a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018) - Estas alterações vêm clarificar como os princípios estabelecidos na norma devem ser aplicados.

Da futura adoção desta norma não se estima que ocorram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

A Empresa não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do período de seis meses findo em 30 de junho de 2017.

Normas e interpretações, emendadas ou revistas não aprovadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	Resumo
IFRS 14 - Contas diferidas regulatórias	-	A IFRS 14 vem estabelecer os requisitos de relato por parte de entidades que adotam pela 1ª vez o normativo IFRS aplicáveis a itens regulatórios, permitindo a manutenção das políticas contabilísticas do normativo anterior quanto ao reconhecimento, mensuração, desreconhecimento e imparidade. A IFRS prevê a apresentação dos itens regulatórios reconhecidos separadamente dos restantes ativos e passivos, bem como dos gastos e rendimentos.
IFRS 16 - Locações	01-jan-19	Esta norma pretende substituir as atuais normas de locações (IAS 17, IFRIC 4, SIC-15 e SIC-27) e vem clarificar os princípios de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgações das locações.
IFRS 17 - Contratos de seguros	01-jan-21	Esta norma pretende substituir a IFRS 4 e exige que todos os contratos de seguros sejam contabilizados de forma consistente.
Alterações à IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas e IAS 28 - Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspetos relacionados com a aplicação da exceção de consolidação por parte de entidades de investimento.
Alterações à IAS 12 - Reconhecimento de ativo por imposto diferido em perdas não realizadas	01-jan-17	O objetivo desta alteração é clarificar a contabilização de um ativo por imposto diferido numa perda não realizada, no âmbito de um instrumento de dívida mensurado ao justo valor.
Alterações à IAS 7 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa	01-jan-17	O objetivo desta alteração, que se insere no projeto de reforma abrangente dos princípios e requisitos de apresentação e divulgação do relato financeiro (<i>disclosure initiative</i>), é permitir aos utilizadores das demonstrações financeiras avaliar as alterações decorrentes das atividades de financiamento. Para este efeito, esta alteração estabelece requisitos de divulgação adicionais quanto às atividades de financiamento.
Alterações à IFRS 15 - Rédito de contrato com clientes	01-jan-18	Estas emendas vêm clarificar como os princípios estabelecidos na IFRS 15 devem ser aplicados.
Alterações à IFRS 2 - Pagamento com base em ações	01-jan-18	Esta alteração vem clarificar algumas definições, nomeadamente, a definição de condições de aquisição e condições de mercado, de forma a assegurar a consistência na classificação dos pagamentos baseados em ações.
Alterações à IFRS 4 - Contratos de seguro: Aplicação da IFRS 9	01-jan-18	Esta alteração vem clarificar os impactos contabilísticos das diferentes datas de aplicação efetiva da IFRS 4 e IFRS 9.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2014-2016)	01-jan-17 e 01-jan-18	Ciclicamente são introduzidos melhoramentos que visam clarificar e simplificar a aplicação do normativo internacional. As alterações introduzidas no ciclo 2014-2016 incidiram na revisão: (i) da norma IFRS 1 (eliminação de isenções de curto prazo que já não são aplicáveis); (ii) da norma IFRS 12 (esclarece que os requisitos de divulgação de informação da IFRS 12 se aplicam a todos os investimentos - referidos no parágrafo 5 - ainda que que classificados como detidos para venda, para distribuição aos proprietários ou unidades operacionais descontinuadas em conformidade com a IFRS 5); e (iii) da norma IAS 28 (clarifica que a opção de mensurar um investimento numa associada ou empreendimento conjunto detido por uma entidade que é uma organização de capital de risco ou outra entidade qualificada, está disponível numa base individual).
Alterações à IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira	01-jan-18	Esta interpretação clarifica que a data relevante para o reconhecimento de um ativo, gasto ou rendimento, relativo a uma transação em moeda estrangeira, para a qual uma entidade recebe ou paga antecipadamente um montante em moeda estrangeira, é a data da transação.
Alterações à IAS 40 - Propriedades de investimento	01-jan-18	Esta alteração clarifica que uma transferência de ativos de, ou para, a rubrica de propriedades de investimento deve ser realizada apenas quando haja evidência de uma mudança de uso. Adicionalmente, clarifica-se que a alteração da intenção de uso não constitui evidência de uma mudança de uso.
IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento de impostos	01-jan-19	Clarifica como os requisitos de reconhecimento e mensuração da IAS 12 - Impostos sobre o rendimento são aplicados quando há incerteza sobre os tratamentos do imposto.

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no período findo em 30 de junho de 2017.

4. Informação por segmentos

O Grupo está organizado em dois principais segmentos de negócios, a Eletricidade e o Gás, e um segmento secundário. O segmento da Eletricidade inclui as atividades de transporte de eletricidade em muito alta tensão, a gestão global do sistema elétrico de abastecimento público, a gestão dos contratos de aquisição de energia (CAE) não cessados em 30 de junho de 2007 e a gestão da concessão para a exploração de uma zona piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar. O segmento do Gás inclui o transporte de gás em muito alta pressão, a gestão global do sistema nacional de abastecimento de gás natural, a operação de regaseificação no terminal GNL e o armazenamento subterrâneo de gás natural.

Embora as atividades do terminal GNL e do armazenamento subterrâneo possam ser vistas como distintas da atividade decorrente do transporte de gás e da gestão global do sistema nacional de gás natural, uma vez que estas atividades prestam serviços aos mesmos utilizadores e os serviços são complementares, considerou-se que as mesmas estão sujeitas aos mesmos riscos e benefícios.

O segmento de Telecomunicações é também apresentado separadamente embora não se qualifique para divulgação.

A gestão dos financiamentos externos encontra-se centralizada na REN SGPS, S.A., tendo a Empresa optado pela apresentação das rubricas do ativo e do passivo separadas das eliminações efetuadas no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, tal como utilizado pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais.

Os resultados por segmento para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 são como se segue:

	Eletricidade	Gas	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Vendas e prestações de serviços	189.648	80.867	2.563	16.126	(16.212)	272.992
Inter-segmentos	300	202	31	15.680	(16.212)	-
Externas	189.349	80.665	2.532	446	-	272.992
Rendimentos de construção em activos concessionados	37.535	3.322	-	-	-	40.857
Gastos de construção em activos concessionados	(32.140)	(2.526)	-	-	-	(34.667)
Ganhos e perdas imputadas de associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	2.754	-	2.754
Fornecimentos e serviços externos	(19.464)	(10.866)	(804)	(8.117)	18.998	(20.252)
Gastos com pessoal	(10.212)	(3.608)	(129)	(10.851)	-	(24.800)
Outros gastos e rendimentos operacionais	8.212	940	(13)	5	(2.787)	6.357
Cash flow operacional	173.579	68.129	1.617	(84)	-	243.241
Rendimentos de participação capital (dividendos)	-	-	-	5.013	-	5.013
Gastos não reembolsáveis						
Depreciações e amortizações	(78.449)	(30.073)	(9)	(105)	-	(108.636)
Reversões / (reforços) de provisões	(76)	36	-	67	-	27
Reversões / (perdas) por imparidade	-	(10)	-	(189)	-	(199)
Resultados de financiamento						
Rendimentos de financiamento	372	5.281	15	79.589	(81.367)	3.889
Gastos de financiamento	(31.837)	(12.499)	(0)	(73.746)	81.367	(36.716)
Resultado antes de impostos	63.589	30.864	1.624	5.531	-	106.619
Imposto sobre o rendimento	(17.255)	(8.072)	(368)	(2.160)	-	(27.856)
Contribuição extraordinária sobre o setor energético (CESE)	(18.362)	(7.435)	-	-	-	(25.798)
Resultado líquido do período	27.971	15.357	1.255	3.371	-	52.965

Os resultados por segmento para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 são como se segue:

	Eletricidade	Gas	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Vendas e prestações de serviços	182.045	85.860	2.632	16.706	(16.683)	270.559
Inter-segmentos	384	218	31	16.050	(16.683)	-
Externas	181.661	85.642	2.601	655	-	270.559
Rendimentos de construção em activos concessionados	34.583	3.057	-	-	-	37.640
Gastos de construção em activos concessionados	(28.212)	(2.048)	-	-	-	(30.260)
Ganhos e perdas imputadas de associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	726	-	726
Fornecimentos e serviços externos	(18.202)	(10.454)	(803)	(6.593)	20.004	(16.047)
Gastos com pessoal	(10.428)	(4.034)	(122)	(10.492)	-	(25.075)
Outros gastos e rendimentos operacionais	5.492	954	(109)	778	(3.725)	3.391
Cash flow operacional	165.279	73.334	1.599	1.125	(404)	240.933
Rendimentos de participação capital (dividendos)	-	-	-	4.260	-	4.260
Gastos não reembolsáveis						
Depreciações e amortizações	(77.101)	(29.821)	-	(116)	-	(107.038)
Reversões / (reforços) de provisões	(319)	(3)	-	-	-	(322)
Reversões / (perdas) por imparidade	28	-	-	92	-	120
Resultados de financiamento						
Rendimentos de financiamento	5	7.297	17	81.509	(84.460)	4.368
Gastos de financiamento	(36.506)	(17.270)	(1)	(81.850)	84.864	(50.763)
Resultado antes de impostos	51.386	33.537	1.615	5.021	-	91.559
Imposto sobre o rendimento	(14.815)	(8.847)	(361)	(1.068)	-	(25.091)
Contribuição extraordinária sobre o setor energético (CESE)	(18.302)	(7.635)	-	-	-	(25.938)
Resultado líquido do período	18.269	17.054	1.254	3.953	-	40.530

As transações inter-segmentos são efetuadas a condições e termos de mercado, equiparáveis às transações efetuadas com entidades terceiras.

O rédito incluído no segmento “Outros” refere-se, essencialmente, à prestação de serviços de administração e de *back office* a entidades do Grupo e a terceiras entidades.

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, são como se segue:

	Eletricidade	Gas	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Ativos do segmento						
Participações financeiras	-	517.456	-	1.615.939	(2.133.395)	-
Ativos intangíveis e tangíveis	2.608.923	1.148.452	70	460	-	3.757.904
Outros ativos	539.908	380.468	5.087	5.075.635	(5.155.922)	845.176
Total do ativo	3.148.831	2.046.376	5.157	6.692.033	(7.289.317)	4.603.080
Total do passivo	2.529.911	890.743	2.291	5.225.394	(5.161.278)	3.487.061
Total do investimento	37.557	3.300	-	125	-	40.982
Investimento em ativos fixos tangíveis (Nota 5)	-	-	-	125	-	125
Investimento em ativos intangíveis - Ativos de concessão (Nota 5)	37.557	3.300	-	-	-	40.857
Investimentos em associadas (Nota 6)	-	-	-	165.339	-	165.339
Investimentos em empreendimentos conjuntos (Nota 6)	-	-	-	3.044	-	3.044

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, são como se segue:

	Eletricidade	Gás	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Ativos do segmento						
Participações financeiras	-	533.685	-	1.453.960	(1.987.645)	-
Ativos intangíveis e tangíveis	2.650.536	1.175.219	-	535	-	3.826.290
Outros ativos	575.485	441.059	6.998	4.891.800	(5.191.807)	723.535
Total do ativo	3.226.022	2.149.964	6.998	6.346.295	(7.179.452)	4.549.825
Total do passivo	2.635.831	933.642	2.973	5.009.973	(5.191.808)	3.390.608
Total do investimento	157.494	13.753	-	214	-	171.461
Investimento em ativos fixos tangíveis (Nota 5)	-	-	-	214	-	214
Investimento em ativos intangíveis - Ativos de concessão (Nota 5)	157.494	13.753	-	-	-	171.247
Investimentos em associadas (Nota 6)	-	-	-	11.666	-	11.666
Investimentos em empreendimentos conjuntos (Nota 6)	-	-	-	2.991	-	2.991

Os passivos incluídos no segmento “Outros” correspondem, essencialmente, a financiamentos externos obtidos diretamente pela REN SGPS, S.A. e REN Finance, B.V. para financiamento das diversas atividades do Grupo REN.

As rubricas da demonstração da posição financeira e da demonstração dos resultados para cada segmento de negócio resultam dos montantes registados diretamente nas demonstrações financeiras individuais das empresas que constituem o Grupo incluídas no perímetro de cada segmento, corrigidas da anulação das transações intra-segmentos.

5 Ativos fixos tangíveis e Ativos intangíveis

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, os movimentos nos ativos fixos tangíveis e intangíveis foram como se segue:

	1 janeiro de 2017			Movimentos					30 junho de 2017		
	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido	Adições	Alienações e abates e outras reclassificações	Transferências	Depreciação do exercício	Depreciação - alienações, transferências, abates e outras reclassificações	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Ativos fixos tangíveis:											
Equipamento básico	103	(103)	-	-	-	-	-	-	103	(103)	0
Edifícios e outras construções	931	(453)	479	-	-	-	-	-	931	(453)	479
Equipamento de transporte	299	(217)	81	45	(101)	-	(96)	77	243	(236)	6
Equipamento administrativo	27	(9)	18	80	(3)	-	(17)	3	103	(23)	80
	1.360	(782)	578	125	(104)	-	(113)	80	1.380	(815)	565
Ativos intangíveis:											
Ativos de concessão	7.365.215	(3.618.333)	3.746.882	274	(1.591)	2.044	(108.523)	883	7.365.941	(3.725.973)	3.639.968
Ativos intangíveis em curso - ativos de concessão	78.831	-	78.831	40.583	-	(2.044)	-	-	117.370	-	117.370
	7.444.045	(3.618.333)	3.825.712	40.857	(1.591)	-	(108.523)	883	7.483.312	(3.725.973)	3.757.339
Total do ativo fixo tangível e intangível	7.445.405	(3.619.115)	3.826.290	40.982	(1.695)	-	(108.636)	963	7.484.691	(3.726.787)	3.757.904

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 os movimentos nos ativos fixos tangíveis e intangíveis foram como se segue:

	1 de janeiro de 2016			Movimentos					31 de dezembro de 2016		
	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido	Adições	Alienações e abates	Transferências	Depreciação - exercício	Depreciação - alienações, transferências, abates e outras reclassificações	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Ativos fixos tangíveis:											
Equipamento básico	103	(103)	-	-	-	-	-	-	103	(103)	-
Edifícios e outras construções	1.038	(469)	569	206	(313)	-	(205)	221	931	(453)	479
Equipamento de transporte	302	(201)	102	8	(12)	-	(29)	12	299	(217)	81
Equipamento administrativo	27	(4)	23	-	-	-	(5)	-	27	(9)	18
	1.470	(776)	695	214	(325)	-	(239)	233	1.360	(782)	578
Ativos intangíveis											
Ativos de concessão	7.212.146	(3.404.818)	3.807.329	2.524	(1.104)	151.648	(214.524)	1.009	7.365.215	(3.618.333)	3.746.882
Ativos intangíveis em curso - ativos de concessão	61.756	-	61.756	168.723	-	(151.648)	-	-	78.831	-	78.831
	7.273.902	(3.404.818)	3.869.085	171.247	(1.104)	-	(214.524)	1.009	7.444.045	(3.618.333)	3.825.712
Total do ativo fixo tangível e intangível	7.275.373	(3.405.593)	3.869.779	171.461	(1.429)	-	(214.761)	1.241	7.445.405	(3.619.115)	3.826.290

As adições registadas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 referem-se aos direitos subjacentes aos investimentos na construção/renovação e expansão das redes de transporte de eletricidade e gás natural.

As adições verificadas em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 detalham-se como se segue:

	jun 2017	dez 2016
Segmento eletricidade		
Construção de linhas de 150KV e 220KV e outras	4.142	9.674
Construção de linha de 400 KV	10.975	39.982
Construção de novas subestações	4.548	10.313
Ampliação de Subestações	11.838	78.351
Outras remodelações em subestações	1.179	5.094
Melhorias no sistema de informação e telecomunicações	1.757	8.607
Construção zona piloto - energia das ondas	102	210
Remodelação de edifícios afectos à concessão	2.570	3.530
Outros ativos	173	1.735
Segmento gás		
Projetos de expansão e melhoramento da rede de transporte de gás natural	1.479	10.281
Projeto de construção de cavidade de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	358	1.629
Projetos construção e <i>upgrade</i> de operacionalidade - Instalações de GNL	1.463	1.842
Segmentos outros		
Outros ativos	399	214
Total das adições	40.982	171.461

As principais transferências nos períodos findos em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 detalham-se como se segue:

	jun 2017	dez 2016
Segmento eletricidade		
Construção de linhas de 150KV e 220KV e outras	60	11.505
Construção de linha de 400 KV	230	39.829
Novas/ampliação de Subestações	211	68.929
Outras remodelações em subestações	-	4.744
Sistema de informação e telecomunicações	27	8.992
Edifícios afetos à concessão	-	4.402
Outros ativos concessionados	208	34
Segmento gás		
Projetos de expansão e melhoramento da rede de transporte de gás natural	1.129	9.640
Projeto de construção de cavidade de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	54	2.275
Projetos construção e <i>upgrade</i> de operacionalidade - Instalações de GNL	125	1.298
Total das transferências	2.044	151.648

Os ativos intangíveis em curso em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 são conforme se segue:

	jun 2017	dez 2016
Segmento eletricidade		
Projetos de linhas 150KV/220KV e 400KV	43.969	29.142
Ampliação e remodelação de subestações	36.519	23.502
Projetos de novas estações	19.190	14.854
Outros projetos	2.887	1.127
Remodelação de edifícios afectos à concessão	3.696	1.086
Segmento gás		
Projetos de expansão e melhoramento da rede de transporte de gás natural	6.805	6.459
Projeto de construção de cavidade de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	2.524	2.220
Projetos construção e <i>upgrade</i> de operacionalidade - Instalações de GNL	1.779	441
Total do activo em curso	117.370	78.831

Os encargos financeiros capitalizados em ativos intangíveis em curso, no período findo em 30 de junho de 2017, ascenderam a 1.098 milhares de Euros (1.263 milhares de Euros em 30 de junho de 2016), enquanto os encargos de estrutura e de gestão ascenderam a 5.093 milhares de Euros (6.117 milhares de Euros em 30 de junho de 2016) (Nota 19).

Os pagamentos mínimos das locações financeiras e o valor atual do passivo das locações financeiras em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 são detalhados como se segue:

	jun 2017	dez 2016
Valor bruto	5.690	6.153
Amortizações e depreciações acumuladas	(2.673)	(2.506)
Valor líquido	3.017	3.647

6 Participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 a informação financeira relativa às participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos detidas detalha-se da seguinte forma:

Empresa	Atividade	Sede social	Informação financeira										Fração de capital detida		
			30 de junho de 2017										Valor escriturado	Proporção no resultado	
			Capital social	Ativos corrente	Ativos não corrente	Passivo corrente	Passivo não corrente	Rendimentos	Resultado líquido	Capital próprio	Rendimento integral total	%			
Método da equivalência patrimonial:															
Associada:															
OMP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A.	Gestão de participações	Lisboa	2.610	1.591	26.830	838	455	831	(361)	27.129	(361)	40	10.645	(1.021)	
Electrogas, S.A.	Transporte de Gás	Chile	18.635	9.592	51.045	12.287	16.246	16.165	8.310	32.104	8.310	42,5	154.694	3.721	
												165.339	2.700		
Empreendimento conjunto:															
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	Investigação e Desenvolvimento	Lisboa	3.000	5.652	824	382	-	1.041	106	6.094	106	50	3.044	53	
												168.383	2.753		

Empresa	Atividade	Sede social	Informação financeira										Fração de capital detida		
			31 de dezembro de 2016										Valor escriturado	Proporção no resultado	
			Capital social	Ativos corrente	Ativos não corrente	Passivo corrente	Passivo não corrente	Rendimentos	Resultado líquido	Capital próprio	Rendimento integral total	%			
Método da equivalência patrimonial:															
Associada:															
OMP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A.	Gestão de participações	Lisboa	2.610	680	30.302	1.092	208	1.638	1.070	29.681	30.752	40	11.666	515	
												14.657	1.314		
Empreendimento conjunto:															
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	Investigação e Desenvolvimento	Lisboa	3.000	6.409	1.109	1.527	1	3.902	1.603	5.989	7.592	50	2.991	798	
												14.657	1.314		

Associadas

O movimento ocorrido na rubrica de “Participações financeiras em empresas associadas” no período findo em 30 de junho de 2017 foi o seguinte:

Participações financeiras em associadas

A 1 de janeiro de 2016	12.395
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	515
Outros	(1.244)
A 31 de dezembro de 2016	11.666
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	2.700
Atribuição de dividendos	(7.452)
Aquisição da participação da Electrogás	169.285
Conversão de demonstrações financeiras em moeda estrangeira	(10.860)
A 30 de junho de 2017	165.339

No decorrer do período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 o Grupo adquiriu uma participação de 42,5%, do capital social da sociedade chilena - Electrogas S.A., pelo montante de 169.285 milhares de Euros. Esta sociedade detém um gasoduto na zona central do Chile e tem como objeto social a prestação de serviços transporte de gás natural e outros combustíveis.

O valor proporcional do resultado na OMIP, SGPS inclui o efeito do ajustamento proveniente de alterações às Demonstrações Financeiras do ano anterior, efetuadas após aplicação do método de equivalência patrimonial.

Empreendimentos conjuntos

O movimento ocorrido na rubrica de “Participações financeiras em empreendimentos conjuntos” no período findo em 30 de junho de 2017 foi o seguinte:

Participações financeiras em empreendimentos conjuntos	
A 1 de janeiro de 2016	2.193
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	798
A 31 de dezembro de 2016	2.991
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	53
A 30 de junho de 2017	3.044

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 a informação financeira relativa ao empreendimento conjunto detido detalha-se da seguinte forma:

	Informação financeira						
	30 de junho de 2017						
	Caixa e equivalentes de caixa	Passivos financeiros correntes	Passivos financeiros não correntes	Depreciações e amortizações	Rendimentos de juros	Gastos de juros	(Gasto)/rendimento do imposto sobre o rendimento
Empreendimento conjunto							
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	5.349	4	-	(284)	-	(1)	(24)

	Informação financeira						
	31 de dezembro de 2016						
	Caixa e equivalentes de caixa	Passivos financeiros correntes	Passivos financeiros não correntes	Depreciações e amortizações	Rendimentos de juros	Gastos de juros	(Gasto)/rendimento do imposto sobre o rendimento
Empreendimento conjunto							
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	5.166	6	1	(522)	-	(1)	209

7 Imposto sobre o rendimento

A REN é tributada de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades, do qual fazem parte as empresas localizadas em Portugal em que detém, direta ou indiretamente,

pelo menos 75% do seu capital, os quais devem conferir mais de 50% dos direitos de voto, e cumprem os requisitos previstos no artigo 69.º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2017.

No exercício de 2017, o Grupo é tributado em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa base de 21%, que será acrescida de uma derrama municipal de um máximo de 1,5% sobre a matéria coletável, e uma derrama estadual de (i) 3,0% aplicável sobre o lucro tributável entre 1.500 milhares de Euros e 7.500 milhares de Euros, de (ii) 5,0% aplicável sobre lucro tributável entre 7.500 milhares de Euros e 35.000 milhares de Euros e de (iii) 7,0% para lucros tributáveis que excedam 35.000 milhares de Euros.

A taxa de imposto utilizada na valorização das diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis em 30 de junho de 2017 foi atualizada para cada empresa pertencente ao perímetro de consolidação utilizando uma taxa média face às perspectivas futuras do lucro tributável de cada empresa recuperável nos próximos exercícios.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016 são detalhados como se segue:

	jun 2017	jun 2016
Imposto corrente	49.767	28.188
Ajustamentos relativos ao imposto de exercícios anteriores	(2.674)	(270)
Imposto diferido	(19.237)	(2.827)
Imposto sobre o rendimento	27.856	25.091

A reconciliação do montante de imposto calculado à taxa nominal e o imposto reconhecido na demonstração dos resultados é conforme se segue:

	jun 2017	jun 2016
Resultado antes de impostos	106.619	91.559
Diferenças permanentes:		
Gastos não dedutíveis	389	455
Rendimentos não tributáveis	460	(11.928)
Diferenças temporárias:		
Desvios tarifários	72.725	12.160
Provisões e imparidades	(434)	38
Reavaliações (incluídas no custo considerado dos ativos intangíveis)	2.603	2.890
Obrigações de benefícios de reforma e outros	(2.405)	(2.466)
Instrumentos financeiros derivados	(17)	10.125
Outros	(27)	(29)
Lucro tributável	179.912	102.804
Impostos sobre o rendimento	37.424	21.589
Derrama estadual sobre o lucro tributável	9.331	4.747
Derrama municipal	2.685	1.473
Tributações autónomas	327	378
Imposto corrente	49.767	28.188
Imposto diferido	(19.237)	(2.827)
Imposto diferido	(19.237)	(2.827)
Ajustamentos relativos ao imposto de exercícios anteriores	(2.674)	(270)
Gasto com impostos sobre o rendimento	27.856	25.091
Taxa efetiva de imposto	26,1%	27,4%

Imposto sobre o rendimento

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o detalhe da rubrica “Imposto sobre o rendimento” a pagar e a receber é detalhada no quadro seguinte:

	jun 2017	dez 2016
Imposto estimado	50.979	67.566
Pagamentos por conta	(2.389)	(40.648)
Retenções na fonte por terceiros	(235)	(43)
Imposto a pagar	48.355	26.875

Impostos diferidos

O detalhe dos impostos diferidos reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas é como se segue:

	jun 2017	Dez 2016
<u>Impacto na demonstração dos resultados:</u>		
Ativos por impostos diferidos	5.428	(4.722)
Passivos por impostos diferidos	13.809	16.018
	<u>19.237</u>	<u>11.296</u>
<u>Impacto no capital próprio:</u>		
Ativos por impostos diferidos	(472)	1.709
Passivos por impostos diferidos	(868)	(796)
	<u>(1.339)</u>	<u>913</u>
Impacto líquido dos impostos diferidos	<u>17.898</u>	<u>12.209</u>

Os movimentos ocorridos nos impostos diferidos, por natureza, são como se segue:

Evolução dos ativos por impostos diferidos - junho 2017

	Provisões e imparidades	Benefícios de reforma	Desvios tarifários	Instrumentos financeiros derivados	Imparidade de ativos reavaliados	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2017	1.901	36.433	11.679	3.687	8.962	162	62.825
Aumento/reversão por capital	-	(36)	-	(435)	-	-	(472)
Reversão por resultados	(86)	(698)	-	(2.153)	(296)	(8)	(3.241)
Aumento por resultados	-	-	8.669	-	-	-	8.669
Movimento do período	(86)	(734)	8.669	(2.588)	(296)	(8)	4.957
A 30 de junho de 2017	1.815	35.699	20.348	1.099	8.667	154	67.782

Evolução dos ativos por impostos diferidos - dezembro 2016

	Provisões e imparidades	Benefícios de reforma	Desvios tarifários	Instrumentos financeiros derivados	Imparidade de ativos reavaliados	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2016	1.873	37.462	13.761	2.382	10.182	178	65.838
Aumento/reversão por capital	-	407	-	1.302	-	-	1.709
Reversão por resultados	-	(1.436)	(2.082)	-	(1.219)	(16)	(4.754)
Aumento por resultados	28	-	-	3	-	-	31
Movimento do período	28	(1.028)	(2.082)	1.306	(1.219)	(16)	(3.012)
A 31 de dezembro de 2016	1.901	36.433	11.679	3.687	8.962	162	62.825

Em 30 de junho de 2017 os ativos por impostos diferidos referem-se maioritariamente às obrigações com os planos de benefícios atribuídos aos empregados e aos desvios tarifários a entregar à tarifa nos próximos exercícios.

Evolução dos passivos por impostos diferidos - junho 2017

	Desvios tarifários	Reavaliações ao abrigo de diplomas legais (incluídas no custo considerado)	Instrumentos financeiros derivados	Justo valor de ativos disponíveis para venda	Total
A 1 de janeiro de 2017	38.878	24.688	-	9.461	73.027
Aumento/reversão por capital	-	-	-	868	868
Reversão por resultados	(12.768)	(1.041)	-	-	(13.809)
Movimentos do período	(12.768)	(1.041)	-	868	(12.941)
A 30 de junho de 2017	26.110	23.647	-	10.329	60.086

Evolução dos passivos por impostos diferidos - dezembro 2016

	Desvios tarifários	Reavaliações ao abrigo de diplomas legais (incluídas no custo considerado)	Instrumentos financeiros derivados	Justo valor de ativos disponíveis para venda	Total
A 1 de janeiro de 2016	52.930	26.645	9	8.665	88.249
Aumento/reversão por capital	-	-	-	796	796
Reversão por resultados	(14.052)	(1.957)	(9)	-	(16.018)
Constituição por resultados	-	-	-	-	-
Movimentos do período	(14.052)	(1.957)	(9)	796	(15.222)
A 31 de dezembro de 2016	38.878	24.688	-	9.461	73.027

Os passivos por impostos diferidos relativos a reavaliações resultam de reavaliações efetuadas em exercícios anteriores ao abrigo de diplomas legais. O efeito destes impostos diferidos reflete a não dedução fiscal de 40% das amortizações das reavaliações efetuadas (incluídas no custo considerado dos ativos aquando da transição para as IFRS).

Os diplomas legais na base das reavaliações foram os seguintes:

Diplomas legais (Reavaliações)	
Segmento eletricidade	Segmento gás natural
Decreto-Lei nº 430/78	Decreto-Lei nº 140/2006
Decreto-Lei nº 399-G/81	
Decreto-Lei nº 219/82	
Decreto-Lei nº 171/85	
Decreto-Lei nº 118-B/86	
Decreto-Lei nº 111/88	
Decreto-Lei nº 7/91	
Decreto-Lei nº 49/91	
Decreto-Lei nº 264/92	

8 Ativos e passivos financeiros

As políticas contabilísticas para instrumentos financeiros de acordo com as categorias da IAS 39, foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros:

Junho de 2017

	Notas	Cientes e outras contas a receber	Justo valor - Instrumentos financeiros derivados de cobertura	Justo valor - derivados de negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados	Outros ativos/passivos financeiros	Quantia escriturada	Justo valor
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	12	-	-	-	-	-	22.670	22.670	22.670
Cientes e outras contas a receber	10	418.812	-	-	-	-	-	418.812	418.812
Outros ativos financeiros		-	-	-	-	-	20	20	20
Ativos financeiros disponíveis para venda	9	-	-	-	152.131	-	-	152.131	152.131
Instrumentos financeiros derivados	11	-	11.019	-	-	-	-	11.019	11.019
Total ativos financeiros		418.812	11.019	-	152.131	-	22.690	604.652	604.652
Passivos									
Empréstimos obtidos	14	-	-	-	-	-	2.617.425	2.617.425	2.634.329
Fornecedores e outras contas a pagar	17	-	-	-	-	-	330.485	330.485	330.485
Imposto sobre o rendimento a pagar	7	-	-	-	-	-	48.355	48.355	48.355
Instrumentos financeiros derivados	11	-	6.652	607	-	-	-	7.258	7.258
Total passivos financeiros		-	6.652	607	-	-	2.996.265	3.003.524	3.020.427

Dezembro de 2016

	Notas	Cientes e outras contas a receber	Justo valor - Instrumentos financeiros derivados de cobertura	Justo valor - derivados de negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados	Outros ativos/passivos financeiros	Quantia escriturada	Justo valor
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	12	-	-	-	-	-	10.783	10.783	10.783
Cientes e outras contas a receber	10	458.971	-	-	-	-	-	458.971	458.971
Outros ativos financeiros		-	-	-	-	1.317	14	1.331	1.331
Ativos financeiros disponíveis para venda	9	-	-	-	150.118	-	-	150.118	150.118
Instrumentos financeiros derivados	11	-	20.425	-	-	-	-	20.425	20.425
Total ativos financeiros		458.971	20.425	-	150.118	1.317	10.797	641.628	641.628
Passivos									
Empréstimos obtidos	14	-	-	-	-	-	2.515.137	2.515.137	2.570.554
Fornecedores e outras contas a pagar	17	-	-	-	-	-	332.091	332.091	332.091
Imposto sobre o rendimento a pagar	7	-	-	-	-	-	26.875	26.875	26.875
Instrumentos financeiros derivados	11	-	13.275	-	-	-	-	13.275	13.275
Total passivos financeiros		-	13.275	-	-	-	2.874.103	2.887.378	2.942.796

Os Empréstimos obtidos, tal como referido na Nota 3.6 das demonstrações Financeiras consolidadas anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, são mensurados, no reconhecimento inicial ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado, exceto relativamente aos quais tenha sido contratado algum derivado de cobertura de justo valor (Nota 11), caso em que se encontram mensurados ao justo valor. Não obstante, a REN procede à divulgação do justo valor da rubrica de Empréstimos obtidos na sua totalidade, tendo por base um conjunto de dados observáveis relevantes, os quais se enquadram no nível 2 da hierarquia do justo valor.

O justo valor dos Empréstimos obtidos e derivados são calculados pelo método dos cash flows descontados, utilizando a curva de taxa de juro da data da demonstração da posição financeira, de acordo com as características de cada empréstimo.

O intervalo de taxas de mercado utilizado para cálculo do justo valor varia entre -0,350% e 1,325% (maturidades de um dia e quinze anos, respetivamente).

O justo valor dos empréstimos contraídos pelo Grupo é, em 30 de junho de 2017, de 2.634.329 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2016 era de 2.570.554 milhares de Euros), dos quais 403.364 milhares de Euros se encontram parte registados a custo amortizado e inclui um elemento de justo valor resultante de movimentos nas taxas de juro (em 31 de dezembro de 2016 era de 408.664 milhares de Euros).

Estimativa de justo valor - ativos e passivos mensurados ao justo valor

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao justo valor em 30 de junho de 2017, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- Nível 1: justo valor de instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da demonstração da posição financeira;
- Nível 2: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação; e
- Nível 3: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos:					
Ativos financeiros disponíveis para venda	Participações	99.063	49.525	-	148.588
Ativos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura de fluxos de caixa	-	4.435	-	4.435
Ativos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura de justo valor	-	6.584	-	6.584
		99.063	60.544	-	159.607
Passivos:					
Passivos financeiros ao justo valor	Empréstimos obtidos	-	403.364	-	403.364
Passivos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura de fluxos de caixa	-	6.652	-	6.652
Passivos financeiros ao justo valor reconhecidos em resultados	Derivados de negociação	-	607	-	607
		-	410.623	-	410.623
		99.063	(350.079)	-	(251.016)

Relativamente aos saldos de contas a receber e contas a pagar correntes o seu valor líquido contabilístico constitui uma razoável aproximação ao justo valor.

As contas a pagar e receber não correntes referem-se, essencialmente, aos desvios tarifários cujos valores são publicados pela ERSE e o seu valor líquido contabilístico constitui uma razoável aproximação ao justo valor, na medida em que os mesmos incorporam um efeito financeiro associado ao valor temporal do dinheiro, sendo incorporados nas tarifas nos dois anos subsequentes.

Gestão de riscos financeiros

Desde o último período anual de reporte até à data de 30 de junho de 2017, não se verificaram alterações significativas na gestão dos riscos financeiros da Empresa comparativamente aos riscos já divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2016. A descrição dos riscos pode ser consultada na Nota 4 - Políticas de Gestão do Risco Financeiro das demonstrações financeiras consolidadas anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

9 Ativos disponíveis para venda

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a instrumentos de capital próprio detidos em entidades consideradas estratégicas pelo Grupo. Esta rubrica refere-se às seguintes participações:

	OMEL	HCB	REE	Coreso	MIBGÁS	Total
1 de janeiro de 2016	3.167	47.104	104.384	208	-	154.862
Aquisições	-	-	-	-	202	202
Ajustamento de justo valor	-	2.412	(7.324)	-	-	(4.912)
Alienações	-	-	-	(35)	-	(35)
Perda por imparidade	-	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2016	3.167	49.516	97.060	173	202	150.118
1 de janeiro de 2017	3.167	49.516	97.060	173	202	150.118
Aquisições	-	-	-	-	-	-
Ajustamento de justo valor	-	9	2.003	-	-	2.012
Alienações	-	-	-	-	-	-
Perda por imparidade	-	-	-	-	-	-
30 de junho de 2017	3.167	49.525	99.063	173	202	152.131

Os movimentos registados nesta rubrica foram os seguintes:

A Red Eléctrica Corporación, S.A. (“REE”) é a entidade responsável pela gestão da rede elétrica em Espanha. O Grupo adquiriu 1% de ações da REE como parte de um acordo celebrado entre os governos de Portugal e Espanha. A REE está listada na Bolsa de Madrid integrando o índice “IBEX 35” e o ativo financeiro foi registado na data da demonstração da posição financeira de acordo com a cotação em 30 de junho de 2017.

A REN é detentora de 2.060.661.943 ações representativas de 7,5 % na Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A. (“HCB”) do capital social e direito de voto da HCB, sociedade de direito moçambicano, transmitidas na sequência do preenchimento das condições do contrato celebrado em 9 de abril de 2012, entre a REN a Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A.

a CEZA - Companhia Eléctrica do Zambeze, S.A. e a EDM - Electricidade de Moçambique, EP. Esta participação foi inicialmente registada pelo seu custo de aquisição (38.400 milhares de Euros) e posteriormente ajustada para o seu justo valor.

A REN detém uma participação financeira do capital social da Coreso, participada também por importantes TSO Europeus que, como iniciativa de Coordenação de Segurança Regional (RSCI), assiste os TSO no fornecimento de eletricidade em segurança na Europa. Neste contexto, a Coreso desenvolve e executa atividades de planeamento operacional que envolvem a análise e coordenação da rede regional Europeia de eletricidade, com foco na coordenação de serviços, variando desde a coordenação com vários dias de antecedência até perto do tempo real.

No âmbito do processo de criação do Operador Único do Mercado Ibérico de Eletricidade (OMI) em 2011, e em conformidade com o que estava previsto no Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha relativo à constituição de um mercado ibérico de energia elétrica, a Empresa adquiriu 10% do capital social do OMEL, Operador del Mercado Ibérico de Energia, S.A., polo espanhol do Operador Único, pelo valor global de 3.167 milhares de Euros.

Na medida em que não existe um preço de mercado disponível para os investimentos referidos (OMEL, MIBGÁS e Coreso) e não sendo possível determinar o justo valor no período recorrendo a transações comparáveis, estas participações encontram-se refletidas contabilisticamente ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade, tal como descrito na Nota 3.6 das demonstrações financeiras consolidadas anuais.

Relativamente ao investimento detido na OMEL, MIBGÁS e na Coreso, não existem na data de relato quaisquer indícios de imparidade.

Os ajustamentos ao justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda são registados em capital próprio na rubrica reserva de justo valor que em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 apresenta os seguintes montantes:

Reserva de justo valor (Nota 13)	
1 de janeiro de 2016	54.489
Variação de justo valor	(4.912)
Efeito fiscal	(796)
31 de dezembro de 2016	48.781
1 de janeiro de 2017	48.781
Variação de justo valor	2.012
Efeito fiscal	(868)
30 de junho de 2017	49.925

No decorrer do período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 os dividendos atribuídos ao Grupo foram como se segue:

	jun 2017	jun 2016
Red Eléctrica Corporación, S.A. ("REE")	3.360	3.140
OMEL - Operador del Mercado Ibérico de Energia (Pólo Espanhol)	55	41
Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A. ("HCB")	1.598	1.079
	5.013	4.260

Estes montantes foram reconhecidos em rendimentos financeiros na demonstração consolidada dos resultados, tendo sido recebidos 5.890 milhares de Euros durante o primeiro semestre de 2017 (2.326 milhares de Euros no primeiro semestre de 2016).

10 Clientes e outras contas a receber

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o detalhe da rubrica de "Clientes e outras contas a receber" é o seguinte:

	jun 2017			dez 2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes e outras contas a receber	288.882	155	289.037	290.505	355	290.860
Imparidade de clientes e contas a receber	(843)	-	(843)	(843)	-	(843)
Clientes - Valor líquido	<u>288.039</u>	<u>155</u>	<u>288.194</u>	<u>289.662</u>	<u>355</u>	<u>290.017</u>
Desvios tarifários	80.861	18.123	98.984	129.007	9.790	138.797
Estado e Outros Entes Públicos	31.635	-	31.635	30.157	-	30.157
Clientes e outras contas a receber	400.534	18.278	418.813	448.826	10.145	458.971

Na composição dos saldos das contas a receber de clientes assume particular relevância: (i) o montante em dívida da EDP - Distribuição de Energia, S.A., o qual ascende a 75.238 milhares de Euros (74.397 milhares em 31 de dezembro de 2016); (ii) da Galp, o qual ascende a 18.610 milhares de Euros (22.751 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2016); e (iii) o montante a receber de 95.000 milhares de Euros (95.000 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2016), tal como definido pelo regulador ERSE, no quadro das medidas de sustentabilidade do Sistema Elétrico Nacional.

No saldo das contas a receber de clientes, destaca-se ainda a faturação não emitida da atividade do Gestor de Mercado (MIBEL - Mercado Ibérico de Eletricidade), no montante de 15.916 milhares de Euros (26.534 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2016) e o montante a faturar à EDP Distribuição de Energia, S.A., de 5.725 milhares de Euros (5.788 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2016), relativos aos CMEC. Esta transação configura-se como uma transação de “Agente” na demonstração consolidada dos resultados da REN, facto pelo qual se encontra compensada nessa demonstração.

Os movimentos ocorridos na imparidade de clientes e outras contas a receber detalha-se como se segue:

	jun 2017	dez 2016
Saldo inicial	(843)	(927)
Utilizações	-	56
Reversões	-	28
Saldo final	(843)	(843)

11 Instrumentos financeiros derivados

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o Grupo REN tinha os seguintes instrumentos financeiros derivados contratados:

	Nocional	30 de junho de 2017			
		Ativo		Passivo	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa					
Swap de taxa de juro	363 462 mEuros	-	-	360	6.291
Swap de taxa de câmbio e de juro	10.000.000 mJPY	-	4.435	-	-
		-	4.435	360	6.291
Derivados designados como cobertura de justo valor					
Swaps de taxa de juro	400.000 mEUR	-	6.584	-	-
		-	6.584	-	-
Derivados de negociação	60.000 mEUR	-	-	-	607
		-	-	-	607
Instrumentos financeiros derivados		-	11.019	360	6.898

	Nocional	31 de dezembro de 2016			
		Ativo		Passivo	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa					
Swap de taxa de juro	363 462 mEUR	-	-	1.063	11.072
Swap de taxa de câmbio e de juro	10.000 MJPY/ 72.899 mEUR	-	8.673	-	-
		-	8.673	1.063	11.072
Derivados designados como cobertura de justo valor					
Swap de taxa de juro	400.000 mEUR	-	11.753	-	-
		-	11.753	-	-
Derivados de negociação					
Derivados de negociação	60 000 mEUR	-	-	-	1.139
		-	-	-	1.139
Instrumentos financeiros derivados		-	20.425	1.063	12.212

A valorização da carteira de instrumentos financeiros derivados é baseada em avaliações de justo valor efetuadas por entidades externas especializadas.

O valor reconhecido nesta rubrica refere-se a contratos *swap* de taxa de juro e *cross currency swap*, contratados pelo Grupo com o objetivo de cobrir o risco de flutuação das taxas de juro e câmbio futuras, cujas contrapartes são instituições financeiras internacionais com uma sólida notação de risco e instituições nacionais de primeira linha.

Estão incluídos nos valores apresentados o valor dos juros corridos, a receber ou a pagar à data de 30 de junho de 2017, relativos a estes instrumentos financeiros, no montante líquido a

receber de 1.951 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2016 era de 1.950 milhares de Euros a receber).

As características dos instrumentos financeiros derivados contratados associados a operações de financiamento em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 eram as seguintes:

	Nocional de referência	Moeda	REN paga	REN recebe	Vencimento	Justo valor em jun 2017	Justo valor em dez 2016
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa							
Swap de taxa de juro	363 462 mEuros	EUR	[0,75%;1,89%]	[-0,33%;0,00%] - Taxas variáveis	[set-2017; dez-2024]	(6.652)	(12.136)
Swap de taxa de câmbio e de juro	10 000 000 mJPY / 72 899 mEuros	EUR/JPY	5,64% (taxa variável a partir de 2019)	2,71%	2024	4.435	8.673
						(2.217)	(3.463)
Derivados designados como cobertura de justo valor							
Swap de taxa de juro	400 000 mEuros	EUR	[-0,24%;0,09%] - taxas variáveis	[0,61%;1,72%]	[out-2020; fev-2025]	6.584	11.753
						6.584	11.753
Derivados designados como negociação							
Swap de taxa de juro	60 000 mEuros	EUR	Taxas variáveis a fixar no futuro	[0,00%;0,99%]	2024	(607)	(1.139)
						(607)	(1.139)
					Total	3.761	7.150

A periodicidade dos fluxos pagos e recebidos da carteira de instrumentos financeiros derivados é trimestral e semestral para os contratos de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, semestral e anual para os derivados designados como de cobertura de justo valor e semestral para o derivado de negociação.

O escalonamento do nocional de referência dos derivados de cobertura de fluxos de caixa e de justo valor em 30 de junho de 2017 é apresentado no quadro seguinte:

Junho 2017

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Anos seguintes	Total
Swaps de taxa de juro designados como cobertura de fluxos de caixa	63.462	-	-	-	-	-	300.000	363.462
Swaps de taxa de juro e câmbio designados como cobertura de fluxos de caixa	-	-	-	-	-	-	72.899	72.899
Swaps de taxa de juro designados como cobertura de justo valor	-	-	-	100.000	-	-	300.000	400.000
Swaps de negociação	-	-	-	-	-	-	60.000	60.000
Total	63.462	-	-	100.000	-	-	732.899	896.361

Swaps:

Cobertura de fluxos de caixa

O Grupo procede à cobertura de uma parcela de pagamentos futuros de juros de dívida, através da contratação de *swaps* de taxa de juro em que paga uma taxa fixa e recebe uma taxa variável.

O nocial dos derivados de cobertura de fluxos de caixa é, à data de 30 de junho de 2017, de 363.462 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2016 era de 363.462 milhares de Euros). Esta é uma cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos de juros à taxa variável decorrentes de passivos financeiros reconhecidos. O risco coberto é o indexante da taxa variável ao qual estão associados os juros dos financiamentos. O objetivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto. O justo valor dos *swaps* de taxa de juro, em 30 de junho de 2017, é de 6.652 milhares de Euros negativos (em 31 de dezembro de 2016 era de 12.136 milhares de Euros negativos).

Adicionalmente, o Grupo procede à cobertura da sua exposição ao risco de fluxos de caixa da sua emissão obrigacionista de 10.000 milhões de JPY, decorrente do risco cambial, através de um *cross currency swap* com as características principais equivalentes às da dívida emitida. O mesmo instrumento de cobertura é utilizado para uma cobertura de justo valor do risco de taxa de juro da referida emissão obrigacionista através da componente *forward start swap* que só terá início em junho de 2019. As variações de justo valor do instrumento de cobertura encontram-se igualmente a ser diferidas em reservas de cobertura. A partir de junho de 2019, o objetivo será o de cobrir a exposição a JPY e o risco de taxa de juro, transformando a operação numa cobertura de justo valor, passando a registar-se as alterações de justo valor da dívida emitida decorrente dos riscos cobertos, em resultados. O risco de crédito não se encontra coberto.

De referir que são registados na demonstração dos resultados os montantes decorrentes do instrumento de cobertura quando a transação coberta afeta os resultados do exercício.

O justo valor do *cross currency swap* a 30 de junho de 2017 é de 4.435 milhares de Euros positivos (em 31 de dezembro de 2016 era de 8.673 milhares de Euros positivos).

O efeito cambial do subjacente (empréstimo), em 30 de junho de 2017, foi favorável no montante de 2.759 milhares de Euros, tendo sido compensado pelo efeito desfavorável do instrumento de cobertura na demonstração dos resultados do exercício (em 30 de junho de 2016 foi desfavorável em 11.386 milhares de Euros).

A componente ineficaz relativa à cobertura de justo valor registada na demonstração da posição financeira em 30 de junho de 2017 foi de 5.632 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2016 era de 6.196 milhares de Euros). Desta forma, o efeito registado na demonstração consolidada

dos resultados do período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 ascende a 563 milhares de Euros.

O valor registado em reservas referente às coberturas de fluxos de caixa acima referidas é a 30 de junho de 2017 de 12.994 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2016 era de 17.542 milhares de Euros).

Os movimentos registados na reserva de cobertura (Nota 13) foram os seguintes:

	Justo valor	Imposto diferido	Reserva cobertura
1 de janeiro de 2016	(11.342)	2.382	8.960
Variação de justo valor e ineficácia	(6.200)	1.302	(4.898)
31 de dezembro de 2016	17.542	(3.684)	13.858
1 de janeiro de 2017	17.542	(3.684)	13.858
Variação de justo valor e ineficácia	(4.548)	435	(4.113)
30 de junho de 2017	12.994	(3.248)	9.745

Cobertura de justo valor

O Grupo procede à cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos de juros a taxa fixa decorrentes das emissões de dívida efetuadas através da contratação de *swaps* de taxa de juro em que paga uma taxa variável e recebe uma taxa fixa.

O nocional dos derivados designados como cobertura de justo valor, em 30 de junho de 2017, é de 400.000 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2016 era de 400.000 milhares de Euros). O risco correspondente à variação do justo valor da dívida atribuíveis a movimentos nas taxas de juro de mercado. O objetivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro fixa em taxa de juro variável, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto.

Em 30 de junho de 2017, o justo valor destes *swaps* de taxa de juro é de 6.584 milhares de Euros positivos (em 31 de dezembro de 2016 era de 11.753 milhares de Euros negativos).

As alterações de justo valor da dívida emitida decorrente do risco de taxa de juro são reconhecidas em resultados, por forma a compensar a variação de justo valor do instrumento de cobertura na demonstração dos resultados do exercício.

À data de 30 de junho de 2017, a alteração de justo valor da dívida de 400.000 milhares de Euros relativa ao risco de taxa de juro reconhecida em resultados foi de 5.299 milhares de Euros

positivos (em 30 de junho de 2016 era de 19.183 milhares de Euros negativos), resultando numa componente ineficaz de cerca de 151 milhares de Euros positivos (em 30 de junho de 2016 era de 98 milhares de Euros positivos).

Derivados de negociação

O Grupo detém um *forward start swap* de taxa de juro com data de início em 2019 e maturidade em 2024, em que paga uma taxa fixa e recebe uma taxa variável.

Este instrumento, apesar de não designado como de cobertura de acordo com a IAS 39, encontra-se a efetuar a cobertura económica do risco de flutuação das taxas de juro futuras para o período considerado.

O nocional deste derivado de negociação é de 60.000 milhares de Euros à data de 30 de junho de 2017 (em 31 de dezembro de 2016 era de 60.000 milhares de Euros). Esta é uma cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos futuros de juros à taxa variável decorrente dos passivos financeiros do Grupo. O risco coberto é o indexante da taxa variável ao qual estão associados os juros dos financiamentos. O objetivo desta cobertura é transformar os fluxos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto. O justo valor do derivado de negociação, em 30 de junho de 2017, é de 607 milhares de Euros negativos (em 31 de dezembro de 2016 era de 1.139 milhares de Euros negativos).

As variações de justo valor do derivado de negociação são registadas diretamente em resultados do exercício. O impacto nos resultados do período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, relativo ao efeito do justo valor do derivado de negociação, foi um rendimento de 533 milhares de Euros (a 30 de junho de 2016 foi registado um gasto de 2.715 milhares de Euros).

12 Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa é como se segue:

	jun 2017	dez 2016
Caixa	21	1
Depósitos bancários	22.649	10.782
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira	22.670	10.783
Descobertos bancários (Nota 14)	(374)	(103)
Caixa e equivalentes de caixa nos fluxos de caixa	22.296	10.680

13 Capital social e ações próprias

Capital social

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o capital social da REN encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 534.000.000 ações com o valor nominal de 1 Euro cada:

	Número de ações	Capital social
Capital Social	534.000.000	534.000

Ações próprias

Em 30 de junho de 2017, a REN SGPS detinha as seguintes ações em carteira:

	Número de ações	Percentagem de capital social	Valor
Ações próprias	3.881.374	0,73%	(10.728)

Não houve aquisição ou venda de ações próprias no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais a REN SGPS tem de garantir em cada momento a existência de reservas no Capital Próprio para cobertura do valor das ações próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

Reservas e resultados acumulados

A rubrica de “Reservas”, no montante de 313.602 milhares de Euros, inclui:

- Reserva legal: De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital. Em 30 de junho de 2017 esta rubrica ascende a 106.800 milhares de Euros;
- Reservas de justo valor: inclui as variações de justo valor dos ativos financeiros detidos para venda (49.925 milhares de Euros positivos), conforme detalhado na Nota 9;
- Reserva de cobertura: inclui as variações do justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura na parte em que a cobertura dos fluxos de caixa é efetiva (9.745 milhares de Euros negativos), os quais encontram-se detalhados na Nota 11; e
- Outras reservas: Esta rubrica é movimentada pela (i) aplicação dos resultados dos exercícios, sendo passível de distribuição aos acionistas, exceto quanto à limitação definida pelo Código das Sociedades Comerciais no que respeita às ações próprias, e (ii) variações de capital próprio de entidades participadas, registadas pelo método de equivalência patrimonial. Em 30 de junho de 2017, esta rubrica ascende a 166.622 milhares de Euros.

De acordo com a legislação em vigor em Portugal: (i) os incrementos decorrentes da adoção de justo valor (reservas de justo valor e reservas de cobertura) apenas poderão ser distribuídos aos acionistas quando os elementos ou direitos que lhe deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso; e (ii) os rendimentos e outras variações patrimoniais positivas reconhecidos em consequência da utilização do método da equivalência patrimonial apenas relevam para poderem ser distribuídos aos sócios quando sejam realizados. A legislação vigente em Portugal estabelece ainda que a diferença entre o resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial e o montante de dividendos pagos ou deliberados referentes às mesmas participações seja equiparada a reservas legais.

14 Empréstimos obtidos

A alocação dos empréstimos quanto à sua maturidade (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, é como se segue:

	jun 2017			dez 2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos obrigacionistas	192.800	1.467.963	1.660.763	30.000	1.670.110	1.700.110
Empréstimos bancários	46.919	481.818	528.738	61.730	495.349	557.078
Papel Comercial	280.650	150.000	430.650	101.000	152.000	253.000
Descobertos bancários (Nota 12)	374	-	374	103	-	103
Locações financeiras	1.164	1.408	2.572	1.400	1.818	3.218
	<u>521.907</u>	<u>2.101.189</u>	<u>2.623.096</u>	<u>194.232</u>	<u>2.319.277</u>	<u>2.513.510</u>
Juros a pagar - empréstimos	32.399	-	32.399	42.174	-	42.174
Juros pagos (antecipação)	(19.621)	(18.449)	(38.070)	(19.812)	(20.734)	(40.546)
Empréstimos	534.685	2.082.740	2.617.425	216.594	2.298.543	2.515.137

Os empréstimos obtidos apresentavam o seguinte plano de reembolso previsto:

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Anos seguintes	Total
Dívida - Não Corrente	-	34.050	228.077	381.036	70.390	48.886	1.338.750	2.101.189
Dívida - Corrente	315.313	206.594	-	-	-	-	-	521.907
	<u>315.313</u>	<u>240.644</u>	<u>228.077</u>	<u>381.036</u>	<u>70.390</u>	<u>48.886</u>	<u>1.338.750</u>	<u>2.623.096</u>

O detalhe dos empréstimos obrigacionistas em 30 de junho de 2017 é o seguinte:

jun 2017						
Data da Emissão	Data de Reembolso	Montante Inicial	Capital em Dívida	Taxa de juro	Periodicidade de pagamento de juros	
Emissões ao abrigo do Programa 'Euro Medium Term Notes'						
26/06/2009	26/06/2024	mJPY 10.000.000 (i)	mJPY 10.000.000	Taxa fixa (ii)	Semestral	
16/01/2013	16/01/2020	mEUR 150.000 (i)	mEUR 90.000	Taxa variável	Trimestral	
31/01/2013	31/01/2018	mEUR 300.000	mEUR 162.800	Taxa fixa EUR 4,125%	Anual	
17/10/2013	16/10/2020	mEUR 400.000 (ii)	mEUR 267.755	Taxa fixa EUR 4,75%	Anual	
12/02/2015	12/02/2025	mEUR 300.000 (ii)	mEUR 500.000	Taxa fixa EUR 2,50%	Anual	
01/06/2016	01/06/2023	mEUR 550.000	mEUR 550.000	Taxa fixa EUR 1,75%	Anual	

(i) Estas emissões correspondem a colocações privadas.

(ii) Estas emissões têm associados swaps de taxa de juro e/ou de taxa de câmbio.

O Grupo detém cinco programas de papel comercial no valor de 1.075.000 milhares de Euros, estando disponíveis para utilização 644.350 milhares de Euros. Do valor total dos programas de papel comercial, 630.000 milhares de Euros possuem garantia de colocação.

Os empréstimos bancários são constituídos na sua maioria por empréstimos contratados com o Banco Europeu de Investimento (BEI) que em 30 de junho de 2017 ascendiam a 483.738 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2016 era de 497.078 milhares de Euros).

O Grupo contratou um empréstimo bancário, junto de um sindicato de bancos, no montante de 532.000 milhares de euros com a perspectiva de novos investimentos.

O Grupo tem ainda 80.000 milhares de Euros em linhas de crédito contratadas e não utilizadas com vencimentos até um ano, sendo renováveis periodicamente de forma automática (caso não sejam denunciadas no período contratualmente estipulado para o efeito).

Decorrente da cobertura de justo valor efetuada sobre a emissão de dívida de 400.000 milhares de Euros (Nota 11), foi reconhecida a alteração de justo valor dessas emissões relativa ao risco de taxa de juro diretamente em resultados, no montante de 5.299 milhares de Euros positivos (em 30 de junho de 2016 era de 19.183 milhares de Euros negativos).

Os passivos financeiros do Grupo apresentam os seguintes *covenants* principais: Cross default, Pari Passu, Negative Pledge, rácios de Leverage e Gearing (rácio que relaciona o capital próprio total consolidado com o valor total dos ativos concessionados do Grupo). O rácio de Gearing do Grupo cumpre confortavelmente os limites definidos contratualmente estando 61% acima do valor mínimo.

Os financiamentos celebrados com o BEI incluem ainda *covenants* relacionados com notações de rating e outros rácios financeiros em que o Grupo pode ser chamado a prestar uma garantia aceitável para o BEI, no caso de verificação dos rácios ou notações de rating abaixo dos níveis estipulados.

O Grupo e as suas subsidiárias são parte em alguns contratos de financiamento e emissões de dívida, que incluem cláusulas de alteração de controlo típicas neste tipo de transações (abrangendo, ainda que de forma não expressa, alterações de controlo em resultado de ofertas públicas de aquisição) e essenciais para a concretização de tais transações no respetivo contexto de mercado. Em qualquer caso, a aplicação prática destas cláusulas é limitada considerando as restrições legais à titularidade de ações da REN.

Segundo normas legais relativas à concorrência, termos contratuais e práticas usuais de mercado nem a REN nem as suas contrapartes em contratos de financiamento estão autorizadas a divulgar outras informações relativamente às características das respetivas operações de financiamento.

Locações

Os pagamentos mínimos das locações financeiras e o valor actual do passivo das locações financeiras em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 são detalhados como se segue:

	jun 2017	dez 2016
Locações Financeiras - pagamentos mínimos da locação		
Até 1 ano	1.189	1.439
Entre 1 e 5 anos	1.423	1.844
	2.612	3.283
Custos financeiros futuros das locações financeiras	(40)	(65)
Valor actual do passivo das locações financeiras	2.572	3.218

	jun 2017	dez 2016
Valor actual das Locações financeiras		
Até 1 ano	1.164	1.400
Entre 1 e 5 anos	1.408	1.818
	2.572	3.218

15 Obrigações de benefícios de reforma e outros

A REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. concede complementos de pensões de reforma, pré-reforma e sobrevivência (daqui em diante referido como Plano de Pensões) e assegura aos seus reformados e pensionistas, em condições similares aos trabalhadores no ativo, um plano de cuidados médicos concedendo, ainda, outros benefícios como prémios de antiguidade, de reforma e subsídio de morte (descrito como “Outros benefícios”). O benefício do prémio de antiguidade é extensível às restantes empresas do Grupo.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 o Grupo tinha registado os seguintes montantes relativos a responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios:

	jun 2017	dez 2016
Obrigações na demonstração da posição financeira		
Plano de pensões	81.209	83.871
Cuidados médicos e outros benefícios	41.932	41.802
	123.141	125.673

Durante os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016, foram reconhecidos os seguintes gastos operacionais, relativos a planos de benefícios com os empregados:

	jun 2017	jun 2016
Gastos na demonstração dos resultados (Nota 22)		
Plano de pensões	2.250	2.411
Cuidados médicos e outros benefícios	647	322
Plano de seguro de vida	-	401
Total de Gastos na demonstração dos resultados	2.897	3.134

Os valores reportados a 30 de junho de 2017 e 2016 resultam da projeção da avaliação atuarial efetuada a 31 de dezembro de 2016 e 2015, para o período de 6 meses findo em 30 de junho de 2017 e 2016, considerando a estimativa de salários para o ano de 2017 e 2016.

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo dos benefícios pós-emprego, são os considerados pelo Grupo REN e pela entidade especializada em estudos atuariais como aqueles que melhor satisfazem os compromissos estabelecidos no plano de pensões e as respectivas responsabilidades com benefícios de reforma, são os seguintes:

	dez 2016	dez 2015
Taxa anual de desconto	1,80%	2,00%
Percentagem expectável de activos elegíveis para reforma antecipada (mais de 60 anos e 36 anos de serviço) - ao abrigo do ACT	20,00%	20,00%
Percentagem expectável de activos elegíveis para reforma antecipada por actos de gestão	20,00%	20,00%
Taxa anual de crescimento dos salários	2,50%	2,80%
Taxa anual de crescimento das pensões	1,50%	1,50%
Taxa anual de crescimento das pensões da Segurança Social	0,50%	-
Taxa de inflação	1,50%	1,50%
Taxa anual de crescimento de custos com saúde	2,50%	3,50%
Despesas de gestão (por funcionário/ano)	€242	€238
Taxa de crescimento das despesas de gestão	1,50%	1,50%
Idade de reforma (número de anos)	66	66
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90

16 Provisões para outros riscos e encargos

A evolução das provisões durante os períodos apresentados é a seguinte:

	jun 2017	dez 2016
Saldo inicial	6.955	6.888
Aumentos	85	1.012
Reversão	(112)	(496)
Utilizações	(407)	(449)
Saldo final	6.521	6.955
Provisão corrente	-	801
Provisão não corrente	6.521	6.154
	6.521	6.955

Em 30 de junho de 2017 a rubrica de provisões refere-se essencialmente à estimativa de pagamentos a serem efetuados pela REN decorrentes de processos judiciais em curso por danos causados a terceiros, no montante de 5.932 milhares de Euros, e a uma provisão para reestruturação no montante de 589 milhares de Euros no âmbito do processo de reestruturação do Grupo em curso.

17 Fornecedores e outras contas a pagar

A rubrica de “Fornecedores e outras contas a pagar” em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 apresenta o seguinte detalhe:

	jun 2017			dez 2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores						
Fornecedores conta corrente (Nota 8)	118.396	-	118.396	127.388	-	127.388
Outros credores						
Credores diversos (Nota 8)	53.924	26.160	80.084	31.561	29.884	74.239
Desvios tarifários (Nota 8)	17.437	37.190	54.627	12.923	8.792	21.715
Fornecedores de investimento (Nota 8)	49.059	-	49.059	104.230	-	104.230
Estado e outros entes públicos (Nota 8) (i)	23.861	-	23.861	12.793	-	-
Proveitos diferidos						
Subsídios ao investimento	18.076	275.714	293.790	18.124	279.450	297.574
Acréscimos de custos						
Férias e subsídios e outros encargos férias (Nota 8)	4.458	-	4.458	4.520	-	4.520
Fornecedores e outras contas a pagar	285.211	339.064	611.836	311.539	318.126	629.665

(i) Os saldo de estado e outros entes públicos referem-se a valores a liquidar de IVA, IRS e outros impostos

Na composição dos saldos das contas a pagar a fornecedores, onde se incluem créditos diversos no âmbito da atividade do Grupo, destacam-se os seguintes: (i) o montante de 49.963 milhares de Euros, referentes à gestão dos CAE da Turbogás e Tejo Energia (46.102 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2016);(ii) o montante de 19.510 milhares de Euros de projetos de investimento ainda não faturados (34.707 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2016); (iii) o montante de 15.916 milhares de Euros (26.534 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2016) da atividade do Gestor de Mercado (MIBEL - Mercado Ibérico de Eletricidade); e (iv) o montante a faturar pela EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A., de 5.725 milhares de Euros (5.788 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2016), relativos aos CMEC, cujo movimento também foi refletido na rubrica de “Clientes e outras contas a receber” (Nota 10). Esta transação configura uma transação de “Agente” na demonstração consolidada dos resultados da REN, facto pelo qual se encontra compensada nessa demonstração.

Em 30 de junho de 2017, a rubrica “Credores diversos” inclui a responsabilidade referente à contribuição extraordinária sobre o setor energético no montante de 25.798 milhares de Euros (Nota 25) (em 30 de junho de 2016 era de 25.938 milhares de Euros).

18 Vendas e prestação de serviços

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração consolidada dos resultados, é detalhado como se segue:

	jun 2017	jun 2016
Vendas de Materiais		
Mercado interno	15	154
	<u>15</u>	<u>154</u>
Prestação de Serviços - Mercado Interno		
Transporte de electricidade e gestão global do sistema	186.581	179.797
Transporte de gás natural	59.200	54.546
Regaseificação	14.759	19.081
Armazenamento de gás natural	6.655	12.015
Rede de telecomunicações	2.518	2.448
Margem do Agente Comercial - REN Trading	2.501	1.662
Outros	764	857
	<u>272.977</u>	<u>270.405</u>
Total das Vendas e Prestações de serviços	<u>272.992</u>	<u>270.559</u>

19 Rendimentos e gastos de construção

No âmbito dos contratos de concessão enquadráveis na IFRIC 12, a atividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte, o Grupo REN não tem qualquer margem na construção dos ativos afetos à concessão.

O detalhe do rédito e dos encargos com a aquisição dos ativos concessionados nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016 é o seguinte:

	jun 2017	jun 2016
<u>Rendimentos de construção - ativos de concessão</u>		
- Aquisições	34.667	30.260
- Trabalhos para a própria empresa:		
Encargos financeiros (Nota 5)	1.098	1.263
Encargos de estrutura e gestão (Nota 5)	5.093	6.117
	<u>40.857</u>	<u>37.640</u>
<u>Gastos de construção - ativos de concessão</u>		
- Aquisições	34.667	30.260
	<u>34.667</u>	<u>30.260</u>

20 Outros rendimentos operacionais

A rubrica de “Outros rendimentos operacionais” é apresentada como se segue:

	jun 2017	jun 2016
Reconhecimento de subsídios ao investimento	9.038	9.056
Proveitos suplementares	658	784
Alienação de materiais inutilizados	1.895	-
Outros	2.021	421
	13.611	10.262

21 Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016 apresentava o seguinte detalhe:

	jun 2017	jun 2016
Comissões a entidades externas i)	5.654	3.806
Custos com energia eléctrica	3.052	2.052
Custos de manutenção	2.729	2.713
Custos de interligação - "cross border" ii)	2.311	582
Custos com seguros	1.586	1.597
Subcontratos de transporte de gás	1.132	1.647
Vigilância e segurança	835	829
Deslocações e estadas	524	598
Custos com publicidade e comunicação	419	452
Outros (inferiores a 500 milhares de Euros)	2.009	1.771
	20.252	16.047

- i) As comissões pagas a entidades externas referem-se a trabalhos especializados e honorários pagos pela REN por prestação de serviços contratualizados e estudos especializados.
- ii) Os custos de interligação - *cross border* - representam o custo das trocas comerciais transfronteiriças.

22 Gastos com pessoal

A rubrica de “Gastos com o pessoal” é detalhada da seguinte forma:

	jun 2017	jun 2016
Remunerações		
Órgãos sociais	1.220	1.191
Pessoal	16.120	16.330
	<u>17.339</u>	<u>17.521</u>
Encargos sociais e outros gastos		
Custos com benefícios de reforma e outros (Nota 15)	2.897	3.134
Encargos sobre remunerações	3.570	3.601
Custos de acção social	61	45
Outros	931	775
	<u>7.460</u>	<u>7.555</u>
Total de Gastos com o pessoal	<u>24.800</u>	<u>25.075</u>

As remunerações dos órgãos sociais incluem as remunerações do Conselho de Administração da REN SGPS e as remunerações auferidas pela Mesa da Assembleia Geral.

23 Outros gastos operacionais

O detalhe da rubrica de “Outros gastos operacionais” é como se segue:

	jun 2017	jun 2016
Custos de funcionamento da ERSE i)	4.866	4.870
Donativos	98	70
Impostos	486	515
Quotizações	814	744
Outros	867	467
	<u>7.131</u>	<u>6.665</u>

i) A rubrica de custos de funcionamento da ERSE, refere-se a débitos efetuados pela ERSE a recuperar através das tarifas de eletricidade e do gás.

24 Gastos de financiamento e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos incorridos com financiamentos e rendimentos financeiros obtidos é como se segue:

	jun 2017	jun 2016
Gastos de financiamento		
Empréstimos obrigacionistas	24.984	33.937
Papel comercial	2.126	2.637
Empréstimos bancários	7.378	10.500
Instrumentos financeiros derivados	563	2.994
Outros gastos financeiros	1.665	695
	36.716	50.763
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos	356	3
Instrumentos financeiros derivados	1.972	1.296
Outros investimentos financeiros	1.561	3.069
	3.889	4.368

25 Contribuição extraordinária sobre o setor energético

A Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro veio introduzir uma contribuição específica sobre as entidades que operam no ramo da energia, denominada Contribuição Extraordinária sobre o Sector energético (CESE), tendo sido prorrogada pela Lei nº 159-C/2015, de 30 de dezembro, e Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro, para os exercícios de 2016 e 2017, respetivamente.

O regime criado visa financiar mecanismos que promovam a sustentabilidade sistémica do sector, através da constituição de um fundo com o principal objetivo de redução do défice tarifário. Encontram-se sujeitas a este regime, entre outras, as entidades que sejam concessionárias das atividades de transporte ou de distribuição de eletricidade e gás natural.

O cálculo da CESE incide sobre o valor dos elementos do ativo com referência ao primeiro dia do exercício económico de 2017 (1 de janeiro de 2017) que respeitem, cumulativamente, a Ativos fixos tangíveis, Ativos intangíveis, com exceção dos elementos da propriedade industrial, e Ativos financeiros afetos a concessões ou a atividades Licenciadas. No caso das atividades reguladas, a CESE incide sobre o valor dos ativos regulados, (i.e. o valor reconhecido pela ERSE para efeitos de apuramento dos proveitos permitidos, com referência a 1 de Janeiro de 2017) caso este seja superior ao valor dos ativos referidos, sobre os quais é aplicada a taxa de 0,85%.

Na medida em que se trata de uma obrigação presente cujos factos originários já ocorreram, tendo tempestividade e quantia certas ou determináveis, a REN reconheceu um passivo no montante de 25.798 milhares de Euros (Nota 17) (no período de seis meses findo em 30 de junho

de 2016 foi de 25.938 milhares de Euros), por contrapartida de um gasto na demonstração consolidada dos resultados.

26 Resultado por ação

Os resultados por ação atribuíveis aos detentores do capital do Grupo foram calculados como se segue:

		jun 2017	jun 2016
Resultado líquido consolidado considerado no cálculo do resultado por ação	(1)	52.965	40.530
Nº de ações ordinárias em circulação no período (Nota 13)	(2)	534.000.000	534.000.000
Efeito das ações próprias (Nota 13)		3.881.374	3.881.374
Nº de ações no período	(3)	<u>530.118.626</u>	<u>530.118.626</u>
Resultado básico por ação (euro por ação)	(1)/(3)	0,10	0,08

Pelo facto de não existirem situações que originem diluição, o resultado líquido por ação diluído é igual ao resultado por ação básico.

27 Dividendos por ação

No dia 11 de maio de 2017 foi aprovada em Assembleia Geral a distribuição de dividendos aos acionistas, em função do resultado de exercício de 2016, no montante de 91.314 milhares de Euros (0,171 Euros por ação), incluindo o dividendo atribuível às ações próprias no montante de 664 milhares de Euros, tendo sido pago aos acionistas o montante de 90.650 milhares de Euros.

28 Garantias prestadas

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro 2016, o Grupo tem garantias prestadas às seguintes entidades:

Beneficiário	Objecto	jun 2017	dez 2016
BEI	Para garantir empréstimos	269.720	278.033
Direcção Geral de Geologia e Energia	Cumprimento das obrigações de Contratos de Concessão	20.500	20.500
Juiz de Direito do Tribunal de Comarca	Caucionar a expropriação de terrenos	5.549	5.549
Tribunal da Comarca de Lisboa	Garantir a suspensão do prosseguimento do processo de execução pendente	5.530	5.530
Câmara Municipal do Seixal	Garantia de processos em curso	2.370	2.152
Autoridade Tributária e Aduaneira	Garantir a suspensão de processo de execução fiscal	1.916	2.312
Câmara Municipal de Odivelas	Garantia de processos em curso	1.119	1.119
Câmara Municipal de Silves	Garantia de processos em curso	352	352
NORSCUT - Concessionária de Auto-estradas, S.A.	Assegurar o cumprimento das obrigações assumidas, decorrentes de obras	200	200
União Europeia	Garantia prestada no âmbito de subsídio ao investimento (Reforço Beira Interior)	177	177
Tribunal do Trabalho de Lisboa	Garantia de processos em curso	153	153
Câmara Municipal de Aveiro	Garantia de processos em curso	87	87
EP - Estradas de Portugal	Garantir o bom e integral funcionamento das obrigações que decorrem de obras	79	79
GSE - Georgian State Electrosystem JSC	Contrato de Prestação de Serviço	57	57
Instituto da Segurança Social	Garantir a liquidação da dívida	15	15
Câmara Municipal de Lisboa	Garantir a suspensão da cobrança da Taxa Municipal	9	9
Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia	Garantir a suspensão do Processo de Execução n.º 412/13	2	2
		307.835	316.327

29 Partes relacionadas

Principais acionistas e ações detidas pelos membros dos órgãos sociais

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro 2016, a estrutura acionista do Grupo REN é a seguinte:

	jun 2017		dez 2016	
	Número de ações	%	Número de ações	%
State Grid Europe Limited (Grupo State Grid)	133.500.000	25,00%	133.500.000	25,00%
Mazoon B.V. (Grupo Oman Oil Company S.A.O.C.)	80.100.000	15,00%	80.100.000	15,00%
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	28.368.817	5,31%	28.370.665	5,31%
Red Eléctrica Internacional, S.A.U.	26.700.000	5,00%	26.700.000	5,00%
The Capital Group Companies, Inc.	25.365.000	4,75%	26.792.304	5,02%
Great-West Lifeco, Inc.	10.980.987	2,06%	10.980.987	2,06%
EDP - Energias de Portugal, S.A.	-	-	26.707.335	5,00%
Ações próprias	3.881.374	0,73%	3.881.374	0,73%
Outros	225.103.822	42,15%	196.967.335	36,89%
	534.000.000	100,00%	534.000.000	100,00%

Transações de ações por membros do Conselho de Administração

Não ocorreram situações de transações efetuadas por membros dos órgãos sociais, face às demonstrações consolidadas da REN, em 31 de dezembro de 2016.

Remunerações do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da REN, SGPS foi considerado de acordo com a IAS 24 como sendo os únicos elementos “chave” da gestão do grupo.

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da REN, SGPS ascenderam a 1.220 milhares de Euros (1.191 milhares de Euros em 30 de junho de 2016) conforme quadro abaixo:

	jun 2017	jun 2016
Remuneração e outros benefícios de curto prazo	792	763
Prémio de gestão	428	428
	1.220	1.191

Transações com sociedades em relação de domínio ou de grupo

No exercício da sua atividade a REN realiza transações com entidades do Grupo ou com entidades em relação de domínio. Os termos e condições praticadas entre a REN e as suas partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

No processo de consolidação, os montantes relativos às transações realizadas e os saldos por liquidar são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas (Nota 3.2 das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2016).

As principais transações realizadas entre empresas do Grupo REN foram: (i) financiamentos e suprimentos concedidos pela Empresa-mãe, no âmbito da gestão corrente dos mesmos; e (ii) serviços partilhados pelo Grupo, nomeadamente, serviços jurídicos, administrativos e de informática.

Saldos e transações com acionistas, empresas associadas e outras partes relacionadas

O Grupo REN efetuou as seguintes transações com acionistas de referência, detentores de participações qualificadas e entidades associadas:

Rendimentos

	jun 2017	jun 2016
<u>Vendas e prestações de serviços</u>		
Faturação emitida - EDP	720.043	619.750
Faturação emitida - OMP	44	31
Faturação emitida - CHINA ELECTRIC POWER RESEARCH INSTITUTE	90	-
Faturação emitida - REE	1.171	767
Faturação emitida - Centro de Investigação em Energia REN - State Grid	64	196
<u>Dividendos:</u>		
REE	3.360	3.140
	<u>724.771</u>	<u>623.884</u>

Os valores apresentados como faturação emitida à EDP referem-se essencialmente à faturação da tarifa do Uso Global do Sistema (UGS) e Transporte de Energia Eléctrica (TEE) que incluem montantes que se configuram como uma transação de agente cujos rendimentos e gastos se encontram compensados na demonstração consolidada dos resultados.

Gastos

	jun 2017	jun 2016
<u>Fornecimentos e serviços externos</u>		
Faturação recebida - EDP	333.785	262.368
Faturação recebida - REE	6.264	3.671
Faturação recebida - CMS Rui Pena & Arnaut ¹	85	43
	<u>340.134</u>	<u>266.082</u>

¹ Entidade relacionada com o Administrador José Luis Arnaut.

Os valores apresentados como faturação recebida da EDP são relativos ao papel de intermediário da REN na compra e venda de eletricidade, cujos rendimentos e gastos são compensados na demonstração consolidada dos resultados, por se configurar como uma operação de “agente” do ponto de vista de reconhecimento do rédito.

Saldos

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como se segue:

	jun 2017	dez 2016
<u>Cientes e outras contas a receber</u>		
EDP - clientes	97.772	93.820
EDP - cauções	155	155
EDP - outros devedores	1.454	4.813
OMIP - outros devedores	62	2.976
Oman Oil - outros devedores	1	1
Centro de Investigação em Energia REN - State Grid - Outros devedores	-	78
Centro de Investigação em Energia REN - State Grid - Clientes	13	8
CHINA ELECTRIC POWER RESEARCH INSTITUTE	90	-
REE - clientes	141	160
	<u>99.689</u>	<u>102.011</u>
<u>Fornecedores e outras contas a pagar</u>		
EDP - saldo em fornecedores	9.586	4.761
Centro de Investigação em Energia REN - State Grid - Outros credores	1	78
CMS - Rui Pena & Arnaut - saldo em fornecedores ¹	18	16
REE - fornecedores	591	678
	<u>10.197</u>	<u>5.533</u>

¹ Entidade relacionada com o Administrador José Luis Arnaut.

30 Eventos subsequentes

Após a data da demonstração da posição financeira não ocorreram eventos que dessem origem a ajustamentos ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa do período findo em 30 de junho de 2017.

O Contabilista Certificado

Susana Neves

O Conselho de Administração

Rodrigo Costa

(Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva)

Omar Al Wahaibi

(Vogal do Conselho de Administração)

João Faria Conceição

(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva)

Jorge Magalhães Correia

(Vogal do Conselho de Administração)

Gonçalo Morais Soares

(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva)

Manuel Sebastião

(Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria)

Guangchao Zhu

(Vice-Presidente do Conselho de Administração designado pela State Grid International Development Limited)

Gonçalo Gil Mata

(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)

Mengrong Cheng

(Vogal do Conselho de Administração)

Maria Estela Barbot

(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)

Longhua Jiang

(Vogal do Conselho de Administração)

José Luis Arnaut

(Vogal do Conselho de Administração)

Nota: As restantes folhas do presente Relatório e contas (1º Semestre de 2017) foram rubricadas pelos membros da Comissão Executiva, e pela Contabilista certificada, Susana Neves.

4. ANEXOS

4.1 Declaração de Conformidade

*DECLARAÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 246.º, N.º 1, ALÍNEA C)
DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS*

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 246.º, n.º 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, cada um dos membros do Conselho de Administração da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., abaixo identificados nominativamente, subscreveu a seguinte declaração que a seguir se transcreve¹:

“Declaro, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 246.º, n.º 1, alínea c) do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, atuando na qualidade e no âmbito das funções que se me encontram atribuídas e com base na informação que me foi disponibilizada, que as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no seu perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão intercalar relativo ao primeiro semestre de 2017 expõe fielmente a evolução do negócio, o desempenho e posição dessas empresas, contendo igualmente uma descrição dos principais riscos e incertezas futuros.

Lisboa, 27 de julho de 2017”

Rodrigo Costa (Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva)

João Faria Conceição (Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva)

Gonçalo Morais Soares (Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva)

Guangchao Zhu (Vice-Presidente do Conselho de Administração designado pela State Grid Europe Limited)

Mengrong Cheng (Vogal do Conselho de Administração)

Longhua Jiang (Vogal do Conselho de Administração)

Omar Al-Wahaibi (Vogal do Conselho de Administração)

Jorge Magalhães Correia (Vogal do Conselho de Administração)

Manuel Sebastião (Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria)

Gonçalo Gil Mata (Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)

Maria Estela Barbot (Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)

José Luis Arnaut (Vogal do Conselho de Administração)

¹ Os originais das declarações individuais referidas encontram-se disponíveis para consulta na sede da Sociedade.

4.2 Lista de participações qualificadas [Alínea c) do n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento da CMVM n.º 5/2008]

Lista de Titulares de Participações Qualificadas (a 30.06.2017)	N.º de ações	Capital (%)	Direitos de voto (%)
State Grid Corporation of China	133.500.000 ¹	25,0%	25,00%
Oman Oil Company SAOC	80.100.000 ²	15,0%	15,00%
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	28.370.665 ³	5,3%	5,31%
Red Eléctrica Corporación, S.A.	26.700.000 ⁴	5,0%	5,00%
The Capital Group Companies, Inc.	25.365.000 ⁵	4,7%	4,75%
Great-West Lifeco, Inc.	10.980.987 ⁶	2,0%	2,06%
EDP - Energias de Portugal, S.A.	8.017.335 ⁷	1,5%	1,50%

Deste modo, nos termos do disposto no artigo 20.º do Cód.VM, com referência a 30 de junho de 2017 e de acordo com as informações transmitidas pelos acionistas e/ou dirigentes, as participações qualificadas de acionistas a que sejam imputáveis direitos de voto correspondentes a, pelo menos, 2% dos direitos de voto inerentes ao capital social da REN são as seguintes:

	N.º de ações	% Direitos de voto
State Grid Corporation of China (através da State Grid Europe Limited)	133.500.000	25,00%
Oman Oil Company SAOC (através da Mazoon B.V.)	80.100.000	15,00%
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. (inclui 95.816 ações detidas pela Via Directa, 30.000 ações detidas pela CPR, 78.907 detidas pela Fidelidade Assistência e 50.726 detidas pela Multicare)	28.370.665	5,31%
Red Eléctrica Corporación, S.A. (através da Red Eléctrica Internacional, S.A.U.)	26,700,000	5,00%
The Capital Group Companies, Inc. (através da Capital Research and Management Company, gestora de fundos e inclui 20.085.000 ações detidas pela SMALLCAP World Fund, Inc.)	25.365.000	4,75%
Great-West Lifeco, Inc. (inclui 82 ações detidas pela PanAgora Asset Management, Inc., 10.740.000 ações detidas através de organismos de investimento coletivo geridos pela Setanta Asset Management Limited, 218.682 ações detidas através de organismos de investimento coletivo geridos pela GLC Asset Management Group Ltd., e (iv) 22.223 ações detidas através do sub-fundo Indexed World Small Cap Equity, sub-fundo da Beresfird Funds plc, gerido pela Irish Life Investment Managers Limited	10.980.987	2,06%

¹ Através da State Grid Europe Limited (SGEL), controlada pela State Grid International Development Limited (SGID), que é controlada pela State Grid Corporation of China.

² Através da Mazoon B.V., controlada pela Oman Oil Holding Europe B.V., que é controlada pela Oman Oil Company SAOC.

³ A participação qualificada da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. (Fidelidade) inclui (i) 28.115.216 ações detidas diretamente pela Fidelidade, (ii) 95.816 ações detidas pela Via Direta – Companhia de Seguros, S.A. (Via Direta), (iii) 30.000 ações detidas pela CPR – Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A. (CPR), sociedades controladas integralmente pela Fidelidade, (iv) 78.907 ações detidas pela Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A. (Fidelidade Assistência) e (v) 50.726 ações detidas pela Multicare – Seguros de Saúde, S.A. (Multicare) controladas pela LongRun Portugal, SGPS, SA (Longrun). 84.98% das ações e direitos de voto da Fidelidade são detidos pela LongRun, que por sua vez é detida integralmente pela Millennium Gain Limited, que é detida a 100% pela Fosun Financial Holdings Limited, que por sua vez é integralmente detida pela Fosun International Limited, sociedades às quais são imputáveis as ações acima mencionadas.

⁴ Através da Red Eléctrica Internacional, S.A.U., que é controlada pela Red Eléctrica Corporación, S.A..

⁵ Através da Capital Research and Management Company, uma sociedade gestora de fundos controlada pela The Capital Group Companies, Inc.. Estas ações não são detidas por conta própria mas por conta dos participantes dos fundos em gestão discricionária. Inclui 20.085.000 ações detidas pela SMALLCAP World Fund, Inc..

⁶ A participação qualificada da Great-West Lifeco, Inc. inclui as seguintes ações detidas por sociedades em relação de domínio com a Great-West Lifeco, Inc.: (i) 82 ações detidas através da PanAgora Asset Management, Inc., (ii) 10.740.000 ações detidas através de organismos de investimento coletivo geridos pela Setanta Asset Management Limited, (iii) 218.682 ações detidas através de organismos de investimento coletivo geridos pela GLC Asset Management Group Ltd., e (iv) 22.223 ações detidas através do sub-fundo Indexed World Small Cap Equity, sub-fundo da Beresfird Funds plc, gerido pela Irish Life Investment Managers Limited.

⁷ Em 28 de junho de 2017 foi comunicado ao mercado a alíneação de 18.690.000 ações detidas pela EDP - Energias de Portugal, S.A. (EDP). Esta sociedade passou a deter indiretamente 8.017.335 ações através do Fundo de Pensões EDP, sociedade em relação de grupo com a EDP.

4.3 Valores mobiliários detidos por titulares dos órgãos sociais [Alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento da CMVM n.º 5/2008]

Conselho de Administração conforme composição em 30.06.2017

	Conselho de Administração	Aquisições	Onerações	Alienações	N.º de ações em 30.06.2017
Comissão Executiva	Rodrigo Costa	-	-	-	0 (zero)
	João Faria Conceição	-	-	-	500
	Gonçalo Morais Soares	-	-	-	0 (zero)
	Guangchao Zhu - designado pela State Grid International Development Limited	-	-	-	0 (zero)
	Mengrong Cheng	-	-	-	0 (zero)
	Longhua Jiang	-	-	-	0 (zero)
	Omar Al-Wahaibi	-	-	-	0 (zero)
Comissão de Auditoria	Jorge Magalhães Correia	-	-	-	28.370.665 ⁸
	Manuel Sebastião	-	-	-	7.000
	Gonçalo Gil Mata	-	-	-	0 (zero)
	Maria Estela Barbot	-	-	-	0 (zero)
	José Luís Arnaut	-	-	-	7.587 ⁹

Em 30 de junho de 2017, os membros dos órgãos sociais e de fiscalização da Sociedade, eram titulares das seguintes obrigações emitidas pela REN:

Conselho de Administração	Aquisições	Onerações	Alienações	N.º de obrigações em 30.06.2017
Jorge Magalhães Correia	-	-	-	1.200.000 ¹⁰

Durante o 1.º semestre de 2017, não ocorreram transações relativamente a ações ou obrigações da REN, relevantes para efeitos do artigo 14.º do Regulamento 5/2008 da CMVM e do artigo 447.º do Código dos Valores Mobiliários.

⁸ Corresponde às ações imputáveis à Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., as quais lhe são imputáveis para efeitos do artigo 447.º do CSC, em virtude do exercício de Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva dessa sociedade.

⁹ Titular de 480 ações em nome próprio e 7.107 ações através da sociedade Platinumdetail – Consultoria e Investimentos, Lda., da qual detém a maioria do capital social e onde exerce as funções de gerente.

¹⁰ Corresponde às obrigações detidas pela Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. sociedade onde exerce o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva.

4.4 Relatório de revisão limitada elaborado por auditor registado na CMVM sobre a informação semestral consolidada

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 20161389
Av. Eng. Duarte Pacheco, 7
1070-100 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 422 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Introdução

Efetúamos uma revisão limitada das demonstrações financeiras consolidadas anexas da REN – Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A. (a Entidade) e suas subsidiárias (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 30 de junho de 2017 (que evidencia um total de 4.603.080 milhares de euros e um total de capital próprio de 1.116.019 milhares de euros, incluindo um resultado líquido consolidado de 52.965 milhares de euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do resultado integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e as notas anexas a estas demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a IAS 34 - Relato Financeiro Intercalar tal como adotada na União Europeia, e a criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras consolidadas anexas. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a ISRE 2410 - Revisão de Informação Financeira Intercalar Efetuada Pelo Auditor Independente da Entidade, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas normas exigem que o nosso trabalho seja conduzido de forma a concluir se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras não estão preparadas em todos os aspetos materiais de acordo com a IAS 34 - Relato Financeiro Intercalar tal como adotada na União Europeia.

Uma revisão limitada de demonstrações financeiras é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos que efetuamos consistem fundamentalmente em indagações e procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

Os procedimentos efetuados numa revisão limitada são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria sobre estas demonstrações financeiras consolidadas.

"Deloitte" refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido ("DTTL"), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respectivas entidades relacionadas. A DTTL, e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Acede a www.deloitte.com/pt/about para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membro.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776201 | Capital social: € 300.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Rua Sussano Telle Carter, Praça do Ross Sussano, 61 - 1.º, 4150-148 Porto

Página 2 de 2

Conclusão

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras consolidadas anexas da REN - Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A. em 30 de junho de 2017 não estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a IAS 34 - Relatório Financeiro Intercalar tal como adotada na União Europeia.

Lisboa, 28 de julho de 2017

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Pedro Miguel Gonçalves Carneira Mendes, ROC

4.5 Relatório e parecer da Comissão de Auditoria sobre informação semestral consolidada (do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2017):

No âmbito das competências que lhe estão atribuídas, a Comissão de Auditoria, durante o primeiro semestre de 2017, acompanhou a evolução da atividade da REN - Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A. e empresas participadas, zelou pela observância da lei, regulamentos e contrato de sociedade, supervisionou o cumprimento das políticas e práticas contabilísticas e fiscalizou o processo de preparação e divulgação da informação financeira, a eficácia dos sistemas de controlo interno, gestão de riscos, bem como a independência e atividade do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo.

A Comissão de Auditoria examinou a informação financeira consolidada contida na secção Desempenho Económico e Financeiro e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do semestre findo em 30 de Junho de 2017 da REN - Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A., as quais compreendem a Demonstração Consolidada da Posição Financeira (que evidencia um ativo total de 4.603.080 milhares de Euros e um capital próprio de 1.116.019 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido consolidado no montante de 52.965 milhares de Euros), nas Demonstrações Consolidadas dos Resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do semestre findo naquela data e no correspondente Anexo.

A Comissão de Auditoria analisou igualmente o Relatório de Revisão Limitada sobre a referida informação semestral consolidada elaborado pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, o qual mereceu o seu acordo.

Face ao exposto, a Comissão de Auditoria é de opinião que a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 está de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis.

Lisboa, 27 de julho 2017

A Comissão de Auditoria

Manuel Ramos de Sousa Sebastião

Estela de Magalhães Barbot

Gonçalo Gil Mata

4.6 Contactos

Sendo política da REN facilitar o acesso direto às diversas entidades corporativas do Grupo, são divulgados abaixo os respetivos endereços eletrónicos:

Direção Relações com o Investidor

Ana Fernandes - Diretora

ana.fernandes@ren.pt

Alexandra Martins

alexandra.martins@ren.pt

Telma Mendes

telma.mendes@ren.pt

REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.

Relações com o Investidor

Avenida dos Estados Unidos da América, 55

1749-061 LISBOA - Portugal

Telefone: 21 001 35 46

Telefax: 21 001 31 50

E-mail: ir@ren.pt

Direção Comunicação e Sustentabilidade

Margarida Ferreirinha

margarida.ferreirinha@ren.pt

REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.

Direção Comunicação e Sustentabilidade

Avenida dos Estados Unidos da América, 55

1749-061 LISBOA - Portugal

Telefone: 21 001 35 00

Telefax: 21 001 31 50

E-mail: comunicacao@ren.pt